CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG
CURSO DE DIREITO
MARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

DUMPING SOCIAL: UM RASTRO DE POBREZA E A NECESSIDADE DE
REPRESSÃO POR PARTE DOS MAGISTRADOS

FORMIGA-MG
2017

MARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**DUMPING SOCIAL: UM RASTRO DE POBREZA E A NECESSIDADE DE
REPRESSÃO POR PARTE DOS MAGISTRADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Graduação em Direito do Centro Universitário – Unifor MG para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho, relações trabalhistas e seus conflitos.

Orientador: Ana Flavia Paulinelli Rodrigues Nunes.

O48 Oliveira, Marina Ribeiro de.
Dumping social: um rastro de pobreza e a necessidade de repressão por parte dos magistrados / Marina Ribeiro de Oliveira. – 2017.
55 f.

Orientadora: Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) -Centro
Universitário de Formiga-UNIFOR, Formiga, 2017.

1. Hiperexploração. 2. Danos sociais. 3. Direitos fundamentais.
I. Título.

CDD 342.085

MARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

DUMPING SOCIAL: UM RASTRO DE POBREZA E A NECESSIDADE DE REPRESSÃO
POR PARTE DOS MAGISTRADOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Direito do UNIFOR - MG, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Ms. Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes
Orientadora

Prof.
UNIFOR-MG

Prof.
UNIFOR-MG

Formiga, ____ de _____ 2017.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o instituto do Dumping Social, ou seja, do nivelamento por baixo das bases sociais através do abandono dos direitos dos trabalhadores, gerando em troca de sua hiperexploração com finalidade de sufocar a concorrência e obter de lucro. Além das formas como este instituto pode ser apresentado, seja no mercado interno, seja no mercado externo, sendo que, foram abordadas também as lesões causadas aos direitos individuais, de existência, coletivos, fundamentais e sociais, alertando ao leitor, sobre a necessidade de preservação desses direitos e preservação do Direito e Justiça do Trabalho como um todo, vez que estes encontram-se em um cenário de desconstrução devido a fatores externos e inevitáveis como a crise econômica mundial e os ideais neoliberalistas que com o passar dos anos foram afetando a solidez de seus princípios e ideologias que buscam garantir um mínimo de harmonia dentro das relações de trabalho. Todo o estudo realizado foi direcionado pelos ensinamentos de doutrinadores atuantes na área do Direito do Trabalho, como Jorge Luiz Souto Maior e Maurício Delgado Gondim, sendo a pesquisa bibliográfica a fonte utilizada. Com tudo, a finalidade do trabalho é analisar o Dumping Social e o cenário de desconstrução do direito do trabalho, ressaltando a importância de se tutelar os direitos fundamentais dos trabalhadores e sua necessária aplicabilidade nas relações trabalhistas, o que acredita-se que haja um dever-poder do Juiz do Trabalho para reparar os danos sociais sofridos, afim de que não se deixe impune a macro lesão causada por este instituto e se tutele os direitos fundamentais que encontram-se desvalorizados e ameaçados frente ao capitalismo que torna o homem refém de seu próprio sistema de produção.

Palavras-chave: Hiperexploração, direitos fundamentais, direito do trabalho, dumping social.

ABSTRACT

The present work deals with the Social Dumping Institute, that is, the leveling down of social bases through the abandonment of workers' rights, generating in exchange for its hyperexploration in order to stifle competition and profit. In addition to the ways in which this institute can be presented, there is no internal market, no external market, and they were also addressed as injuries caused to individual, existence, collective, fundamental and social rights, alerting the reader to the need for preservation of rights and preservation of Labor Law and Justice as a whole, as these are in a scenario of deconstruction due to external and inevitable factors such as a global economic crisis and neoliberalist ideas that over the years that are affecting the solidity of its principles and ideologies that seek to guarantee a minimum of harmony within the labor relations. The entire study was directed by the teachings of labor lawyers, such as Jorge Luiz Souto Maior and Maurício Delgado Gondim, a bibliographical research being the source used. Combo, the purpose of work and study, Dumping Social and the scenario of deconstruction of labor law, with the importance of protecting the fundamental rights of workers and their application, the labor law and work, which is believed that there is a duty-power of the Labor Judge to repair the social damages suffered, so that a macro-injury caused by this institute is not disregarded and if it shelters the fundamental rights that are devalued and threatened for capitalism that make the system of its internal production system.

Keywords: Hyperexploration, fundamental rights, labor law, social dumping.

LISTA DE ABREVIATURAS

CC - Código Civil

CDC - Código de Defesa do Consumidor

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CPC - Código de Processo Civil

FGTS -Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial de Comércio

PIS - Programa de Integração Social

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TJ - Tribunal de Justiça

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

TST - Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO, GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO.....	10
3 DUMPING SOCIAL	13
3.1 Origem Etimológica	13
3.2 Definição e conceito	14
3.3 Evolução do Dumping Social na historia.....	15
3.4 PRÁTICAS QUE CONFIGURAM O INSTITUTO.....	16
3.4.1 DUMPING SOCIAL INTERNO	16
3.4.2 DUMPING SOCIAL EXTERNO	19
3.5 EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO JURÍDICO	21
3.5.1 VÍTIMAS DA PRATICA DE DUMPING SOCIAL.....	21
3.5.2 DANO MORAL.....	23
3.5.3 DANO MATERIAL	23
3.5.4 DANO EXISTENCIAL	24
3.5.5 DANO SOCIAL.....	25
4 A CRISE ECONÔMICA E SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO..	26
5 A LEGISLAÇÃO ACERCA DO DUMPING SOCIAL.....	29
6 O PAPEL DO ESTADO DIANTE DO DANO SOCIAL.....	30
6.1 ATUAÇÃO EX OFÍCIO DO MAGISTRADO	32
6.2 DUMPING SOCIAL, INÉRCIA DA JURISDIÇÃO E CONTRADITÓRIO.....	36
6.3 COLETIVIZAÇÃO DA DEMANDA INDIVIDUAL.....	36
6.4 DESTINAÇÃO DADA À INDENIZAÇÃO IMPOSTA À EMPRESA PELA PRÁTICA DO DUMPING SOCIAL	39
7 O DUMPING SOCIAL E O CENÁRIO DE DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	40
8 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR E SUA NECESSÁRIA APLICABILIDADE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.....	43
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46

REFERÊNCIAS	48
--------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a conceituação do instituto do Dumping Social e uma análise breve acerca de suas consequências tanto no mundo jurídico, como nas relações interpessoais e seus efeitos sobre terceiros, partindo do pressuposto de que o trabalho, o labor, vai além de um meio para obtenção de lucro ou subsistência, vez que se constitui de um dos basilares da sociedade para integração social, e possibilita a instituição familiar.

Com a globalização ocorreu o Dumping Social, que se trata de uma séria agressão ao Estado Democrático de Direito Social, onde práticas reiteradas de desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários acabam por surtir em um nivelamento por baixo dos direitos sociais, ferindo a dignidade humana dos trabalhadores e acarretando em sérios prejuízos meta-individuais, tudo na intenção de que se crie uma concorrência desleal no mercado e os empregadores obtenham crescente lucro.

A extensão dos danos causados pela prática reiterada do Dumping Social ultrapassa as relações dentro do local de trabalho, entre empregador e empregado, alcança muito além da produção, chega ao íntimo daquele trabalhador, entra em suas casas, afeta as relações afetivas e os momentos de lazer, e como se já não bastasse tamanha abrangência, afeta terceiros, a sociedade em si.

Conscientizar-se sobre a atual, constante e latente, para não dizer tabu, inversão de valores sociais que a sociedade como um todo está predisposta, já esclarece e muito sobre o caminhar desgostoso que o Direito do Trabalho, em todo o mundo, tem passado, percebe-se a supressão de seus princípios e ideologias mais primitivas, a produção nada consciente das indústrias para atender a latria ao poder e ao melhor “status” por parte dos consumidores, o que somados a um sistema neoliberalista, capitalista e globalizado, acaba resultando na “coisificação” dos trabalhadores.

Porém, quando se depara com a realidade das relações de trabalho, agravada a cada passo dado, rumo ao atual capitalismo, desencadeando as diversas consequências e resultados como os apresentados acima, sente-se a necessidade de alertar a sociedade e frear essa “bola de neve” gerada pela má fé e mau uso da expressão livre iniciativa, objetivando-se assim, defender os direitos sociais nas relações de trabalho, além de buscar uma padronização das condutas comerciais e do papel do Judiciário juntamente com os tratados internacionais a fim de reprimir e combater as práticas do “Dumping” Social, onde, constantemente há a não proteção dos direitos sociais, individuais e humanos dos trabalhadores.

A pesquisa realizada baseia-se na pesquisa bibliográfica por tratar-se de um problema teórico, não sendo usada, por tanto, a pesquisa de campo, visto que o tema em estudo não

abarca este método. A pesquisa se desenvolverá através de pesquisa bibliográfica, sobretudo dos autores Jorge Luiz Souto Maior e Maurício Godinho Delgado, sendo estes os grandes influenciadores. Também se utilizará de pesquisa documental, jurisprudencial observando os posicionamentos mais ressaltados na prática jurídica e relato de casos reais.

Inicialmente será realizada uma breve evolução histórica do Direito do Trabalho e os efeitos da globalização nas relações de trabalho, passando a tratar da origem etimológica do Dumping Social, sua definição, conceituação e evolução na história como um todo, demarcando as práticas que configuram seu instituto, sua aplicação externa e interna, os efeitos e consequências no mundo jurídico, as vítimas de tal prática e os institutos dos danos causados.

Logo em seguida, será narrado a respeito da crise econômica e sua influência no mercado de trabalho, as previsibilidades legislativas acerca do Dumping, o papel do Estado diante do Dano Social, assim como também, a atuação ex officio do magistrado devido a inércia da jurisdição e a questão do contraditório, a coletivização da demanda individual e a destinação imposta da indenização sancionada às empresas.

Por fim, será aberto espaço para mostrar sucintamente a desconstrução do Direito do Trabalho devido ao cenário causado pelo Dumping e uma reafirmação dos Direitos Fundamentais do Trabalhador e sua necessária aplicabilidade nas relações trabalhistas.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO, GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO

O direito do trabalho surgiu como resposta à revolução industrial do século XVIII/XIX, onde os trabalhadores se encontravam em condições desumanas de exercício laboral e sentiu a necessidade de ver regulamentada a relação com empregador.

De fato essa relação hierárquica sempre foi delicada e demarcada pela diferença de posições, essencialmente a social e a de mando, no entanto, ela não era tão personificada, vez que na sociedade pré-industrial, ou seja, no período escravista e no feudalismo, o trabalhador era visto como objeto do Senhor, seu patrão e não como ser humano, dotado de liberdade e autonomia.

No Brasil, a abolição da escravatura veio por motivos econômicos e não pelo reconhecimento daqueles escravos como seres humanos e muito menos reconhecimento de seus direitos trabalhistas e compaixão pela liberdade, o que houve na verdade foi um receio pela elite brasileira de que houvesse uma revolução escravista, assim como houve no Haiti em 1791, devido à grande corrente abolicionista que estava tomando a Europa e de que se havia quebrado o pacto entre as grandes nações coloniais européias de defesa da escravidão. Sendo assim, com o fim da escravatura próximo e inadiável, houve a necessidade de se constituir um novo meio rentável, que se deu pela criação de um mercado consumidor para os produtos europeus, fazendo com que por pressão política, a Princesa Isabel tenha assinado Lei Áurea.

Nesse sentido, sequência George Reid Andrews:

O Brasil foi o último país do continente a abolir formalmente a escravidão mas, a liberdade veio mesmo por motivos econômicos. Entre estes, os historiadores apontam a necessidade da criação de um mercado consumidor para os produtos industrializados, provenientes da Inglaterra. Os portos brasileiros foram, então, abertos aos imigrantes europeus, tendo sido permitido aos escravos alforriados, ou libertos, que retornassem à África. (ANDREWS, 1998)

Mais adiante, mesmo que os trabalhadores, em especial, os artesãos, tivessem mais liberdade, ainda assim, não existia o instituto do Direito do Trabalho em si, apenas simples regulamentações para elaboração do serviço a ser prestado, que, separavam-nos em mestres, companheiros e aprendizes, sendo os mestres os proprietários das oficinas, os companheiros “funcionários” remunerados e aprendizes menores de idade que aprendiam o ofício. Essas corporações mantinham com os trabalhadores uma relação autoritária, que se destinava mais à realização dos seus interesses do que a proteção da classe.

Portanto, apesar de ter sido essencial o reconhecimento dos antigos escravos como pessoas, capazes, livres e autônomas, tornando-os consumidores, somente com o caminhar da história que demonstra claramente a construção para uma relação Empregador x Empregado, apenas quando eclodiu o sistema industrial, estabelecendo o trabalho assalariado e diante da

grave situação insalubre e com alto grau de periculosidade e evidentemente por razões de ordens econômicas, políticas e jurídicas, é que surgiu a necessidade de criação do Direito do Trabalho.

A causa econômica adveio do crescente e desenfreado uso dos recursos naturais como ferro, carvão e energia elétrica, trazendo mudanças tecnológicas como o desenvolvimento de transportes, como a locomotiva a vapor, o navio, telégrafo e o rádio, contribuindo para o surgimento da produção em massa e do comércio internacional.

Segundo Nilson de Oliveira Nascimento:

As modificações tecnológicas levaram às modificações econômicas, que ocorreram em virtude do enorme aumento do uso dos recursos naturais, da mais ampla e irregular disseminação da riqueza, do declínio da terra como única fonte de renda em face da crescente produção industrial, da produção em massa e do desenvolvimento do comércio internacional. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção (NASCIMENTO, 2005, p.03)

A causa política foi a mudança do Estado Liberalista, dotado como o próprio nome já diz, de liberdade contratual, para o Estado Neoliberalista onde o Governo do esvazia-se de seu papel de protetor e perpetuador dos Direitos Sociais.

Assim explica Benizete Ramos de Medeiros:

Com essa perspectiva, os princípios do Neoliberalismo eram os ditames internacionais, tendo como lógica o Estado mínimo, a flexibilização e redução de direitos sociais com preposição de terceirizações, contratações temporárias, reformas previdenciárias e trabalhistas em geral. (MEDEIROS, 2017)

A causa jurídica, por fim, se dá essencialmente pelo sindicalismo e intuito de proteção aos trabalhadores as péssimas condições laborais e também na tentativa de conseguir condições melhores de trabalho, condições essas que não exponham os trabalhadores a jornadas excessivas de trabalho e permitam descanso e tempo para higienização e alimentação.

A partir desse momento, com a ocorrência da Revolução industrial, começa a surgir a chamada “questão social”, que nada mais é do que a luta dos trabalhadores por seus direitos sociais contra os interesses dos dotados de capital. A questão social ganha tamanha repercussão ao ponto de ocasionar os ideais da Revolução Francesa e o anseio pela liberdade absoluta do trabalho.

Com a Revolução Francesa em busca dos direitos sociais, surgiu o Manifesto Comunista e a Criação da Comissão de Luxemburgo, composta de dez trabalhadores e de dez empregadores, encarregada de tratar de assuntos relacionados ao trabalho principalmente o industrial e de grande escala, o que ocasionou em algumas concessões benéficas aos trabalhadores.

O próximo grande marco histórico para o Direito do Trabalho surge com a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919, grande influenciador de Constituições consideradas sociais como a Constituição Mexicana (1917) e a Constituição de Weimar (1919), oportunidade em que foi criada a OIT (Organização Internacional do Trabalho), com a finalidade de realizar recomendações em matéria trabalhista, tentando aproximar e harmonizar ao máximo os direitos do trabalhador às necessidades econômicas.

Até porque, conforme muito bem demonstrado por Jorge Luiz Souto Maior:

Não podemos ignorar que inclusive a OIT – Organização Internacional do Trabalho – foi criada com o intuito de estabelecer um patamar mínimo igualitário de direitos e deveres que viabilizasse a reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra, em condições mínimas de igualdade. (MAIOR *et al.*, 2017)

Desde então o Direito do Trabalho veio se firmando nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados, compondo-se de um misto de direitos fundamentais, individuais e coletivos visando a regulamentação da relação Empregador x Empregado, mas, também a proteção dos trabalhadores vez que estes compõem a parte menos favorecida da relação e como imortal ditame de Aristóteles ao conceituar o princípio de igualdade, deve-se “tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida em que se desigualem”, sendo este o papel primordial da Justiça do Trabalho, assegurar um mínimo de harmonia por tratar-se de uma relação primordialmente hierárquica e garantir a aplicabilidade de uma legislação mais protetiva.

Ocorre que, ao longo dos anos, com a solidificação do sistema econômico capitalista, em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos principalmente com a chegada da globalização, fenômeno multidimensional, onde houve a aproximação de culturas e a facilidade de mercado consumidor, a sociedade mundial criou um estilo de vida cada vez mais consumista, onde não basta ter o que se precisa para viver, é preciso estar antenado, encaixado, ser bem aceito pelo ciclo social a que convive, fora, os reflexos do estilo de vida americano, de alto custo e alimentos industrializados.

Ademais, a implementação do neoliberalismo trouxe ainda mais intensificação a esta esfera de liberalização econômica e abertura de mercados, ampliando a necessidade de alta produção, atingindo intimamente as relações trabalhistas e desconstruindo os ideais nos quais o Direito do Trabalho fora criado e solidificado.

Em sucinto resumo extraído do livro de Benizete Ramos de Medeiros e Ellen Hazan, depreende-se que:

O capitalismo transforma tudo em mercadoria, bens e serviços, incluindo a força de trabalho. O neoliberalismo o reforça, mercantilizando serviços essenciais, como os sistemas de saúde e educação, fornecimento de água e energia, saneamento básico, sem poupar os bens simbólicos. (MEDEIROS, 2017)

Esse ciclo vicioso de produções em grande escala para atender um consumismo desenfreado e cada vez mais dinâmico, acabou por afetar as relações de trabalho, pois, uma grande indústria visa basicamente boa colocação no mercado consumidor e conseqüentemente, lucro, desta forma o que se tende a fazer é gerar uma grande produção para atender a demanda de consumo e reduzir gastos, visando conseguir um valor de produto abaixo do concorrente para que o lucro final possa lhe soar mais interessante.

É justamente nesse ponto de consumismo e grande concorrência, aliados a uma legislação frágil, que ocorre o Dumping Social, ou seja, quando o empregador passa a enxergar em seus trabalhadores a oportunidade de tornar mais vantajosos seus negócios, como por exemplo, deixando reiteradas vezes de arcar com suas responsabilidades trabalhistas e previdenciárias, que em sua maioria, apesar de previstas na legislação pátria, são falhas e mal fiscalizadas, tornando os empregados apenas mais uma peça que move a produção, sem pensar na função social, prevista constitucionalmente, nos artigos 5º, XXIII e 170, I e II, que as empresas, indústrias possuem.

Com isso, apesar de vigentes os direitos trabalhistas, o empregado se sente coagido a aceitar essa situação devido à grande crise econômica atual e a necessidade de subsistência sua e de quem mais dele dependa, o que, acaba por desconsiderar a importância do respeito as normas de Direito do Trabalho fazendo com que se deixe de cumprir com seu ideal de proteção aos trabalhadores, ocasionando a consecução da livre iniciativa sobre o valor social do trabalho, ou seja, tornando sem ética as relações trabalhistas e mercantis.

3 DUMPING SOCIAL

O Dumping Social é composto por reiteradas condutas que corrompem a moral e a ética, burlando a legislação trabalhista e previdenciária existentes, além de técnicas desleais de venda, como a colocação em mercado a preço inferior e acabam por resultar no desrespeito aos Direitos Sociais, Individuais e Fundamentais dos trabalhadores, afetando a dignidade da pessoa humana prevista no art. 1º, III da CR e, no desequilíbrio e infração à ordem econômica.

A questão principal não é como foi praticado mas, o cumprimento do objetivo inequívoco de obtenção de lucro em desvantagem as condições de trabalho e suprimento dos direitos a que os trabalhadores seriam em tese detentores.

3.1 Origem Etimológica

A palavra Dumping derivado termo inglês “Dump”, segundo o Dicionário Cambridge, significa despejar, jogar fora, se livrar, o que, acompanhada da palavra Social, tornou-se

grande termo inicialmente internacional utilizado para caracterizar os danosos reflexos sociais que as práticas de concorrência desleal causam à sociedade como um todo, apesar de estarem diretamente relacionadas com o desenvolvimento do país e o grau de observância da legislação trabalhista.

Há, ainda, a suspeita de a expressão Dumping ter se originado do islandês arcaico “humpo”, cujo significado é atingir alguém.

Conforme explicita Marco Antônio César Villatore:

Observa-se que a prática do dumping social reflete uma relação direta entre o desenvolvimento do país e as condições de trabalho a que são submetidos os seus trabalhadores nacionais. Isto implica afirmar que, quanto mais desenvolvido o país, teoricamente, mais direitos e benefícios os trabalhadores tendem a possuir. O oposto também assim acontece, ou seja, quanto menos desenvolvido um país, menores são os direitos e benefícios trabalhistas oferecidos aos seus nacionais. Essa afirmativa demonstra o impacto que os direitos trabalhistas podem determinar no custo final do produto. Assim, em países menos desenvolvidos, com legislação trabalhista branda ou até mesmo inexistente, o custo da mão de obra atrelado ao custo final do produto torna o preço altamente competitivo. (VILLATORE, 2013, p.10)

Há ainda na doutrina, uma discussão acerca da separação das expressões dumping e dumping social, há controvérsias até mesmo acerca da possibilidade de conjugação do conceito social a expressão dumping.

Por um lado, parte da doutrina¹ entende que dumping, possui um viés puramente financeiro, marcando a lesão à ordem econômica, assim intitulando-o de Delinquência Patronal, por tratar-se de uma prática comercial desleal e comportamento condenável. Lado outro, há quem² defenda a existência do termo dumping aliado a palavra social, devido à consequências danosas geradas por este instituto a terceiros e a conotação jurídica percebida.

Em conclusão a origem etimológica tende-se a observância da aceitação da conjugação da palavra social à expressão Dumping, trazendo uma dupla consequência as práticas imorais de concorrência desleal, ou seja, ficam clarividente os efeitos tanto financeiros como sociais e jurídicos gerados pelo desrespeito às normas afetadas, sejam elas trabalhistas, previdenciárias, financeiras ou comerciais.

3.2 Definição e conceito

Define-se Dumping Social como a intenção inequívoca de “sufocar” a concorrência, através de vendas de mercadorias por um preço sistematicamente inferior ao do mercado, trazendo assim, lucro ao empregador e em contrapartida danos aos empregados e a sociedade.

Conforme demonstrado por Ilana Bertagnolli,

O conceito de dumping vem expresso no artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994, in verbis: As partes contratantes reconhecem que o “dumping” que

¹ José Augusto Rodrigues Pinto defende o uso da expressão Delinquência Patronal.

² Jorge Luiz Souto Maior defende o emprego da expressão Dumping a palavra social

introduz produtos de um país no comércio de outro país, por valor abaixo do normal, deve ser condenado se causa ou ameaça causar prejuízo material a uma indústria estabelecida no território de uma parte contratante, ou se retarda, sensivelmente, o estabelecimento de uma indústria nacional. (BERTAGNOLLI, 2013, p.139)

Jorge Luiz Souto Maior define “Dumping” Social por:

Práticas ligadas ao rebaixamento das bases sociais, ou seja, à desconsideração dos custos necessários para efetivar os direitos trabalhistas e previdenciários. (SOUTO MAIOR *et al.*, 2014, p. 15)

Por tanto, o Dumping Social em si consiste muito mais no resultado prático alcançado, ou seja, em se conseguir lucro suprimindo do modo que for os direitos trabalhistas ou desbancar a concorrência com manobras ardilosas. Em exemplo, a colocação de produto com preço abaixo do mercado, do que em qual conduta gera esse instituto, o importante para sua caracterização na verdade é a supressão legal com finalidade lucrativa.

Neste sentido, Patrícia Santos de Souza Carmo:

A primeira desmistificação importante é que o dumping social, na verdade, liga-se ao aproveitamento de vantagens dos custos comparativos e não de uma política de preços. Retrata, pois, uma vantagem comparativa derivada da superexploração de mão de obra. Dentro deste recorte epistemológico, interessa o prejuízo ao trabalhador, o prejuízo à dignidade da pessoa humana, o prejuízo ao valor social do trabalho, o prejuízo à ordem econômica, o prejuízo à ordem social e o prejuízo à matriz apologética trabalhista. (CARMO, 2014, p.31)

Assim, pode-se concluir que o Dumping Social é um rebaixamento das bases sociais e desacatamento das normas vigentes que visem garantir um mínimo de harmonização nas relações trabalhistas, acarretando danos ao mercado financeiro local e internacional, danos ao trabalhador que vê seus direitos serem violentados brutalmente e, a sociedade como um todo, visto que os danos sociais causados atingem um número indeterminado de pessoas.

3.3 Evolução do Dumping Social na historia

Observam-se os primeiros sinais de prática do Dumping Social no século XVIII, quando indianos estavam comercializando suas mercadorias a um preço bem abaixo do mercado europeu, pois, a mão de obra era significativamente mais barata e a jornada de trabalho maior. Então, o primeiro ministro sugeriu a rainha Anne, popularmente conhecida como Ana Bolena ou Anne da Grã Bretanha, que fizesse uma “barreira” mercantil procurando impedir que a Índia comercializasse com a Inglaterra, pois, não havia como competir com a carga horária mais extensa e a baixa remuneração dos trabalhadores indianos. Sendo essa a primeira tentativa antidumping conhecida na história. (CARVAS, 2001).

Outro exemplo de registros da expressão Dumping Social, ainda que assim não fosse denominado, são de 1788, quando o banqueiro e ministro francês Jacques Necker mencionava a possibilidade de vantagens serem obtidas em relação a outros países, abolindo-se o descanso semanal dos trabalhadores. (CARMO, 2016).

Apesar da represália, o instituto do Dumping Social não parou por aí, ao contrário foi se entranhando cada vez mais as práticas comerciais, a começar desde já pela mercantilização dos países europeus e posteriormente de estendendo a comercializações internas dos países e externas, entre países, alcançando todos os continentes.

Em meio aos problemas gerados pela comercialização entre Estados, foi criada em 1947 a GATT, General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), com a finalidade de regular as relações comerciais externas, facilitar o intercâmbio e ajudar juntamente com a OMC (Organização Mundial de Comércio) e OIT (Organização Internacional do Trabalho), o desenvolvimento social e econômico dos países subdesenvolvidos, tentando, reprimir, práticas abusivas como as do Dumping Social.

Como já foi falado anteriormente, o Dumping ocorre sistematicamente em países com baixa infraestrutura, países subdesenvolvidos, onde a grande massa da população é carente de estudo, de oportunidades de trabalhos melhores, tem dificuldades para se sustentar, dependem financeiramente do Estado, onde a legislação trabalhista é branda, lacunosa e a fiscalização escassa.

Este tipo de país torna-se a partir de todas essas características, um país suscetível a sofrer com as práticas de Dumping Social, pois, como a população é demasiadamente pobre e o Estado omissivo, infringir a lei chega a ser uma oportunidade das grandes indústrias para conseguir obter mais lucro, já que para um trabalhador é mais conveniente o certo do que o duvidoso, ou seja, é melhor aceitar as condições mesmo que insalubres, mesmo que ilegais, mesmo que desumanas impostas pelo empregador, do que tentar sobreviver ao desemprego.

3.4 Práticas que configuram o instituto

A primeiro passo, não há uma conduta exata que configure o instituto do Dumping Social, a questão a ser observada é a “coisificação” do trabalhador, é sua desvalorização, vez que, o empregador procura locais e mão de obra com custos econômicos mínimos, começa a deixar de profissionalizar o funcionário, deixa de pagar suas verbas trabalhistas, seu FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), começa a submetê-lo a cargas horárias extensas, a faltar com os equipamentos de segurança necessários e tudo isso com intenção inequívoca de obter lucro e passar à frente de seus concorrentes, criando um mecanismo desleal de concorrência e prejudicial ao trabalhador e a toda sociedade.

Então, para que possa ser verificada uma conduta inequívoca de Dumping Social, é preciso analisar atentamente quatro elementos: prática comercial desleal, “sufocamento” da concorrência, danos sociais gerados e nexos de causalidade entre eles.

3.4.1 Dumping social interno

O conceito de Dumping Social surgiu inicialmente observando a esfera do mercado internacional das relações entre Estados, onde há uma espécie de comparação entre Estados que possuem legislações que asseguram os direitos aos trabalhadores e táticas de barreiras à empresas que infringem-nas e Estados que possuem legislações deficitárias, atrativas a essas empresas que conseguem facilmente burlar suas normas, mas, apesar de controvérsias doutrinárias, os efeitos internos, no caso, de rebaixamento do patamar de proteção social, são tão sérios e específicos, que tornou-se então necessário enxergar a existente ocorrência de Dumping Social no mercado interno.

A configuração da prática de Dumping Social no âmbito interno se dá pela reiteração de condutas que infringiam a legislação vigente com a finalidade de burlar o ônus do empregador, garantindo-lhe lucro em detrimento aos direitos que seus empregados seriam possuidores.

Essa prática, pode ser feita tanto por empresas estrangeiras que observam a legislação frágil e com pouca fiscalização daquele país, aproveitando-se dessa situação, como pode ser também praticada por empresas nacionais que se veem obrigadas a aderir a este instituto caso queiram se manter no mercado como reais concorrentes de empresas que oferecem seus produtos a preços inferiores ao de praça por estarem atuando em desleal concorrência.

O fato é a viralização dessas práticas, é o que a doutrina denomina de rebaixamento de bases ou nivelamento por baixo, pois, diante de um cenário de legislação já deficitária, onde o trabalhador desde o início encontra-se em desvantagem frente a seu empregador, sendo essa a grande realidade de países subdesenvolvidos e maiores vítimas de Dumping Social, uma empresa que se vê preconizada por outra procura formas de se equiparar a ela para conseguir assim competir por lugar no mercado, só que, na maioria das vezes a empresa paradigma não cumpre com seu ônus, desrespeitando deliberada e reiteradamente os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos Constitucionalmente, predispondo assim as empresas que queiram se manter no mercado a tomar as mesmas medidas, apesar de antiéticas e imorais.

Ao invés de qualificar a mão-de-obra, garantir direitos básicos de saneamento, descanso e higienização como os intervalos intra e interjornada e férias ou remuneração capaz de suprir suas necessidades, contribuindo para uma maior motivação e melhor desenvolvimento do trabalho a ser feito, a inversão de valores é tão grande que segue no sentido contrário, sendo de exaltação do lucro em detrimento à dignidade humana.

Complementa assim, Jorge Luiz Souto Maior:

Em um país fundado sob a lógica capitalista, em que as pessoas sobrevivem daquilo que recebem pelo seu trabalho e na qual as empresas adquirem lucro pela exploração do trabalho, atitudes como tais contornos se afiguram ofensivas à ordem

axiológica estabelecida, isso porque retira do trabalhador, cuja mão de obra reverte em proveito do empreendimento, a segurança capaz de lhe permitir uma interação social minimamente programada. Ou seja, ao colocar o lucro do empreendimento acima da condição humana daqueles cuja força de trabalho justifica e permite seu desenvolvimento como empresa, o empregador nega-lhes condição de vida digna. (SOUTO MAIOR *et al*, 2014, p. 10)

Ademais além do desprezo a legislação vigente, que é uma das marcas do Dumping Social interno, outro fator específico e decisivo para garantir-lhe atenção especial são os danos gerados por essas práticas, já que, os reflexos se dão em sua maioria em toda a sociedade, afetando direitos metaindividuais.

Quando uma empresa pratica Dumping Social, o trabalhador é lesado diretamente, seu salário não é pago na proporção que deveria, sua carga horária é mais extensa, não há correta anotação na sua CTPS, ou consideração as verbas previdenciárias, logo em seguida, em consequência, sua família é lesada também, não só financeiramente, pois, a condição financeira de vida é atingida mas, até mesmo as relações afetivas por ausência de contato nos casos em que há a superexploração e geram dano existencial.

As pessoas com quem aquele trabalhador e a sua família mantenham alguma forma de relação mercantil compra e vendas, também se lesam e assim por diante, gerando uma marginalização das condições sociais de todos esses indivíduos, a se ressaltar ainda, os prejuízos avassaladores causados pela não contribuição do INSS, que é fonte direta de recursos pra a infraestrutura urbana.

No Brasil, este instituto configura-se pela prática reiterada e contumaz de ações de desrespeito à legislação trabalhista, isso porque o país possui positivada grande proteção aos direitos individuais e sociais dos trabalhadores, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego e órgãos especializados em proteção as relações de trabalho, sendo essa uma conquista adquirida com o caminhar da história legislativa brasileira, conforme explicita Silvio Romero Cardoso da Cunha:

No Brasil, as proteções ao trabalho e ao trabalhador estão configuradas nas diversas leis e normas vigentes, com destaque ao Decreto-Lei número 5442, a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgado em 1º de Maio de 1943, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Este que já havia criado em 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio (BASILE, 2011, p.13). Com a instituição da Ditadura Militar em 1964, muitos direitos foram limitados e até cassados, perdurando esta situação até 1985, quando veio a chamada redemocratização (BASILE, 2011, p.14). Em 1988, a nova Constituição Federal trouxe no seu preâmbulo a finalidade de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” (BRASIL, Constituição, 1988, 2010). Entre seus fundamentos tem-se o da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa insculpidos no artigo 1º, incisos III e IV. No capítulo II, artigo 6º da referida Carta Magna, tem-se o trabalho como um direito social e no artigo 7º encontra-se uma série de direitos aos trabalhadores, tais como: proteção contra despedida arbitrária, proteção do salário, irredutibilidade do salário, horário de trabalho não superior a 8 horas, repouso

semanal remunerado, férias, proteção à saúde, higiene e segurança no trabalho, proteção ao trabalho infantil, etc. (CUNHA, 2014, p.07)

Há ainda, o auxílio do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), autarquia federal brasileira com a finalidade de julgar sobre matéria concorrencial os processos encaminhados por sua Superintendência-Geral, desempenhando os papéis preventivo, repressivo e educativo, dentro do mercado brasileiro, afim de evitar possíveis fraudes.

Apesar de todos esses princípios latentes dentro do ordenamento jurídico brasileiro, vez que há previsões legais tanto na Constituição da República 1988, quanto na legislação especializada CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) 1943, ainda assim é notável o número de ocorrência de Dumping Social, pois, infelizmente, não há o devido respeito a legislação vigente já que a fiscalização é demasiadamente falha.

3.4.2 Dumping social externo

Externamente, pode-se observar o Dumping Social de maneira mais clássica, cumprindo com seu estereótipo, vez que, este instituto surgiu originalmente nas relações entre Estados. Como já foi falado, o Dumping Social ocorre sistematicamente em países subdesenvolvidos, isso porque a legislação e/ou a fiscalização são falhas, o que facilita a produção com baixo custo, possibilitando na hora de exportar, preços inferiores aos oferecidos pelos comerciantes nativos.

Pois bem, o Dumping no mercado externo se apresentou de maneira mais notável após a segunda guerra mundial onde houve a divisão de economias entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, fazendo com que pretensiosamente, os países desenvolvidos buscassem certa “hegemonia” de mercado, criando ainda um isolamento comercial, o que traz grandes riscos ao mercado externo e corrompe o mercado interno.

Nesse sentido, Jorge Luiz Souto Maior, assegura:

As práticas concorrenciais em determinado país interferem nos arranjos econômicos mundiais, com influência decisiva sobre a eficácia dos direitos sociais. As práticas abusivas de grandes empresas, tendentes à hegemonia, aniquilam os mercados internos e favorecem o desequilíbrio internacional dos meios de produção e consumo, pondo em risco a paz mundial. Foi assim, por exemplo, que as práticas produtivas internas tornaram-se preocupações da OMC, quando esta preconiza a elaboração de cláusulas sociais. (SOUTO MAIOR *et al*, 2014, p.18).

Diante dessa situação que dificultava o fluxo comercial e conseqüentemente crescimento financeiro dos países subdesenvolvidos, houve a necessidade de criação de uma organização para regulamentar as relações comerciais externas, onde, em 1947, foi criado o GATT General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) que procurou estabelecer uma série de acordos de comércio internacional destinados a promover a

redução de obstáculos às trocas entre as nações, em particular as tarifas e taxas aduaneiras entre os membros signatários, tomando base para a criação da OMC (Organização Mundial de Comércio).

Mais adiante, em 1970, os países emergentes começaram a se posicionar no mercado internacional, o que ocasionou grande preocupação aos países desenvolvidos, que passaram a acusar os emergentes de praticarem concorrência desleal, diante da pressão esses países não tiveram outra escolha senão, a de abaixar seu preço de mercado tornando a compra de seus produtos mais vantajosa que a dos países desenvolvidos.

Ocorre que, a única saída plausível que os países emergentes e subdesenvolvidos tiveram para se manter no mercado internacional com os preços abaixo do preço de mercado, foi começando a praticar o Dumping Social, sendo os primeiros atingidos, seus trabalhadores. A partir de então, a fim de protelar seu comércio, os países, principalmente os desenvolvidos, desencadearam uma série de medidas antidumping, a fim de frear a comercialização de produtos abaixo de seu preço de mercado, criando uma consciência mundial, apesar de não totalmente respeitada, de que o Dumping Social é uma prática desleal que atinge não só os trabalhadores “daquela” empresa, mas, toda a sociedade, pois, deixa um rastro de pobreza por onde passa.

Nesse sentido, a OMC, em observação ao seu papel de regulamentar as relações multilaterais, adotou a chama “Clausula Social” a seus tratados, com a finalidade de reduzir os efeitos gerados pela globalização e capitalismo “selvagem” vistos na realidade atual da sociedade moderna, criando um sistema padrão de reconhecimento aos direitos sociais e básicos dos trabalhadores.

Segundo Dalton Caldeira Rocha:

A cláusula social é o estabelecimento de padrões trabalhistas nos tratados internacionais comerciais a fim de que os direitos dos trabalhadores sejam respeitos nos processos de produção de bens: A cláusula social é a imposição de normas em tratados internacionais de comércio internacional que objetivam assegurar a proteção ao trabalhador, estabelecendo padrões mínimos a serem observados pelas normas que regulam o contrato de trabalho nos processos de produção de bens destinados à exportação. (ROCHA, 2002, p.326)

A cláusula social tem gerado grandes discussões entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, pois, é preciso se adaptar à realidade social e econômica de cada país, não sendo possível por tanto, a aplicação de um padrão geral. Outro ponto controverso é que, apesar da cláusula social ter sido criada pela OMC, esta atribuiu a competência a OIT (Organização Internacional do Trabalho) por se tratar de matéria relacionada ao respeito aos direitos sociais e individuais dos trabalhadores, no entanto, nem todos os países membros da

OIT ratificaram a convenção que prevê a cláusula social, fazendo com que não haja sua aplicação no mercado interno e conseqüentemente sua inaplicabilidade.

Até porque, como reafirma Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes e Júlia Teixeira Santos:

Após a globalização e abertura dos mercados internos ao comércio internacional, as economias passaram a ser incorporadas, em sua maioria, por multinacionais e por empresas nacionais fomentadas por capitais estrangeiros, promovendo uma desnacionalização do capital e uma concentração da produção mundial nas mãos de poucos. (NUNES e TEIXEIRA, 2017, p. 7)

Portanto, o Dumping Social observado sob a ótica do mercado externo, é muito mais complexo do que se pode imaginar, vez que envolve questões políticas e econômicas, não havendo uma maneira de coação aos países praticantes, vez que não é financeiramente de seu interesse ratificar um acordo com medidas antidumping ou que tenha cláusula social, tornando de certa forma ineficaz as reiteradas tentativas de se frear esse instituto.

Outrossim, o Dumping Social externo deixa danos, não apenas nos países em que se aloca, desnacionalizando o capital, criando a concorrência desleal e gerando os danos sociais já citados no tópico anterior, mas, enalça também os países onde as atividades e empreendimentos foram encerradas, pois, causa desemprego em massa e conseqüentemente prejuízo financeiro e desfalque na qualidade de vida daqueles trabalhadores.

3.5 Efeitos e conseqüências no mundo jurídico

No mundo jurídico o Dumping Social traz uma realidade desanimadora, pois, reflete a falha da legislação vigente, que apesar de bem fundamentada em princípios tão importantes como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CR) e o valor social do trabalho (art. 1º, IV da CR), se vê fragilizada frente a seu não cumprimento e lacunosa fiscalização.

Assim trazem Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes e Júlia Teixeira Santos:

Essa realidade, apoiada na ideologia Neoliberal, gera a falsa ideia de que, nos países onde existe a legislação trabalhista, a desregulamentação dos direitos trabalhistas é o caminho para redução de desemprego e retomada da economia acarretando o nivelamento por baixo dos direitos sociais. (NUNES e TEIXEIRA, 2017, p. 8)

Acredita-se, pois, que a grande falha da economia surge de relações como as estabelecidas pelo Direito do Trabalho, surge devido à grande importância que se credita aos Direitos Sociais, estes visto como arcaicos, fazendo com que o primeiro alvo seja a Justiça do Trabalho, já que seus princípios chocam-se com a realidade atual onde o homem vive para a economia e não o contrário como de fato deveria ser, já que a legislação é moldada por aqueles que se beneficiam dela, sacrificando assim, os hipossuficientes, aumentando o desemprego e violando os direitos dos trabalhadores.

Com o avanço do capitalismo atrelado aos ideias neoliberais, remete-se ao mundo jurídico “táticas” novas, consideradas como incentivadoras do crescimento financeiro, tais como a terceirização, flexibilização da intervenção estatal, possibilidade de negociação direta entre empregador e empregado, comprometendo assim o projeto de sociedade instaurado em 1988 e desconstruindo a Justiça do Trabalho, o que já pode ser visto na reforma trabalhista sancionada em 2017.

Outro ponto importante a ser mencionado é que a prática de Dumping Social ocasiona outros problemas que escoam da esfera trabalhista, ciclo empregado x empregador e alcançam aspectos sociais como o desemprego, marginalização, falha no recebimento de verba urbana, o que é ocasionado pelo não pagamento do FTGS e etc., todos esses fatores acabam por dar início uma série de problemas, como o aumento da criminalidade e danos ao erário público.

O que poucos observam é que todas essas consequências trágicas, reflexos dos efeitos trazidos pelo desrespeito à legislação trabalhista, pelas práticas de Dumping Social, sendo este o delito perpetrado contra a legislação trabalhista e a dignidade da pessoa humana, pelo cenário de desconstrução do Direito do Trabalho e táticas neoliberais que trazem retrocesso a legislação pátria, somente reforçam a importância da Justiça do trabalho, como sendo a Justiça Social, ou seja, aquela minimizadora dos efeitos nocivos entre vida e capital.

3.5.1 Vítimas da prática de Dumping Social

A primeira vítima inquestionável do Dumping Social é o trabalhador de uma empresa praticante de Dumping, pois, é ele o primeiro a ter seus direitos trabalhistas sucumbidos e se veem obrigados a abrir mão das condições trabalhistas apresentadas pelo art. 7^a da CR e por toda a CLT, pois, precisam sobreviver, já que o trabalho tem como uma de suas funções principais, a alimentícia.

No entanto, o que parece limitado a relação empregador e empregado começa a refletir socialmente, transpassando a esfera trabalhista, visto que quando o empregador deixa de pagar as horas extras de seu empregado, a empresa passa a não recolher os valores do FGTS e da contribuição previdenciária e valor pago como sendo o do FGTS é a principal fonte financeira de aplicação de programas do governo para habitação popular, saneamento ambiental e de infraestrutura urbana, conforme previsto no §2º do artigo 9º da Lei 8036/90 e o mal pagamento da verba destinada a contribuição previdenciária, acaba por afetar a Previdência Social que garante além de aposentadoria, assistência social e à saúde.

Outro exemplo de consequência é que, com o não recolhimento do PIS (Programa de Integração Social), deixa-se de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e

participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas.

Portanto, conforme observado pelo Magistrado Jorge Luiz Souto Maior:

O dano causado pela empresa que burla reiteradamente direitos trabalhistas para, com isso, obter vantagem financeira em relação à concorrência é dano de espectro social. (SOUTO MAIOR *et al*, 2014, p. 21)

Com isso, as vítimas das práticas de Dumping Social, seja ele interno ou externo, é a população como um todo, pois, seus efeitos não se delimitam a relação empregador e empregado, mas, geram danos nas mais diversas categorias (material, moral, existencial) a terceiros, a credibilidade da Justiça e do Direito do Trabalho e ainda, lesão à ordem financeira.

3.5.2 Dano moral

Entende-se por dano moral aquele que afeta o psíquico da pessoa, ou seja, sua honra, intimidade e bem estar. Quando se fala acerca de dano moral nas relações trabalhistas deve-se observar todos os momentos desta relação, ou seja, o período pré contratual onde o empregador avalia seu candidato, contratual onde há a formalização de um vínculo empregatício, devendo ser analisada todas as condições impostas e pós-contratual de trabalho, tanto enquanto há a prestação de serviço e mesmo após o rompimento desta e por fim, deve-se analisar a responsabilização do empregador, se ele agiu ou não com má fé ao fazer determinada ação ou omissão.

O dano moral está previsto originalmente nos arts. 186 e 187 do Código Civil, no entanto, com o advento da Emenda Constitucional 45/2004, atribuiu a Justiça do Trabalho a competência para julgar toda e qualquer causa decorrente de dano moral advindo de uma relação trabalhista, instituindo a Carta Magna o art. 114, VI:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho

A sanção atribuída quando há de fato a comprovação do dano moral no âmbito do trabalho é uma indenização pecuniária em valor determinado pelo Poder Judiciário, não havendo valores pré determinados ou mínimo e máximo legal, sendo assim, cada caso seguirá suas peculiaridades e abrangência de lesão à liberdade, honra, imagem, vexame, que sofre aquele trabalhador.

São exemplos de ações que ocasionam danos morais, deixar de contratar mulher por estar grávida (Súmula 244 TST), agredir verbalmente funcionário, assédio sexual, demitir funcionário por não ser esteticamente desejável.

É completamente plausível o pleito de danos morais em decorrência do Dumping Social, tendo em vista que o dano moral decorre do descumprimento da legislação trabalhista, que em prática é também uma realidade do Dumping Social.

A questão que pode ser suscitada não é o dano moral, mas, a possibilidade de configuração de um dano moral coletivo a partir de uma demonstração individual. Esta questão, no entanto, perde qualquer dúvida quando se cria consciência dos efeitos acarretados pelo Dumping Social, ou seja, seu alcance, sendo assim, há claramente o que se falar em dano moral coletivo a partir da demonstração de razão de uma demanda individual.

Assim corresponde o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

DUMPING SOCIAL. A doutrina e jurisprudência dominantes definem dumping social como um instituto do direito econômico, traduzido pela conduta comercial desleal, em que é utilizado como Jus Societas – ISSN 1981-4550 Jus Societas Ji-Paraná – RO – CEULJI/ULBRA n. 12 p. 8-19 Jul.-Dez./2014 12 método, a venda de produtos a preço inferior ao do mercado, com o escopo de prejudicar e eliminar concorrentes de menor poderio econômico. Tal conceito abarca a existência de preços baixos e a burla à legislação trabalhista ou o descumprimento de direitos mínimos dos empregados. Em tais situações, o dano é causado à coletividade (trabalhadores de modo geral e, enfim, à própria sociedade), em razão da ofensa a direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos. A reparação não se dá no plano individual, como pretendido no caso presente, mas por intermédio da ação civil pública (artigo 21 da LACP). (TRT3, Processo: 0001085- 81.2014.5.03.0176 RO; Data de Publicação: 26/01/2015; Disponibilização: 23/01/2015, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 83; Órgão Julgador: Terceira Turma; Relator: Taisa Maria M. de Lima; Revisor: Luís Felipe Lopes Boson) (grifos nossos).

A possibilidade de indenização advinda do Dumping Social ainda não possui previsão legal, apenas doutrinária e jurisprudencial, por isso, a linha de raciocínio que compreende a possibilidade de um dano moral por prática de Dumping tornar-se coletivo não é absoluta, tendo doutrinadores e estudiosos que acreditam haver uma separação entre esses institutos, não podendo ser juntamente relacionados, por temerem a banalização do dano moral, assim como ocorreu na esfera cível.

3.5.3 Dano material

Dano material por sua vez é entendido como aquele que gera diminuição patrimonial a outro, em benefício próprio ou de outrem. Quando se fala de dano material na esfera trabalhista, deve-se observar o período contratual, ou seja, a princípio, o não estabelecimento de quaisquer cláusulas que visem a benéfica do empregador em detrimento ao ganho do empregado e posteriormente, o correto cumprimento das previsões legais.

O dano material se divide em dano emergente e lucro cessante, que em geral significa o que o empregado deixou de ganhar em função do não cumprimento de determinada previsão legal e o que ele poderia ter ganhado se o pagamento estivesse de acordo com os ditames

legais e está originalmente previsto nos arts. 186, 187, 927 e 402 do Código Civil, tornando-se de competência da Justiça do Trabalho também com o advento da EC 45/2004.

A sanção atribuída quando há de fato a comprovação do dano material, seja ele emergente ou cessante no âmbito do trabalho é a indenização pecuniária em valor determinado pelo Poder Judiciário, a partir da comprovação do não recebimento/não pagamento das verbas trabalhistas devidas.

São exemplos de situações que ocasionam o direito a danos materiais, não pagamento de horas extras, morte em serviço por falta de equipamento de proteção adequados ou em caso de incapacidade permanente, total ou parcial do trabalhador pelo mesmo motivo, não pagamento de aviso prévio ou pagamento de reflexos de determinada verba quando devido.

Assim entende Marco Antônio Villatore:

A existência do dano material ou moral existe desde a Constituição Federal, estando presente ainda nos códigos de direito civil, do consumidor, e no direito comercial, além da previsão da possibilidade de reparação de danos em diversas leis específicas que tangenciam estes ordenamentos como a legislação trabalhista. (VILLATORE,2007, p. 11)

O dano material também está intimamente ligado ao Dumping Social, tendo em vista que a principal intenção do empregador ao praticar tal instituto é senão a de baixar os custos com aquele empregado, deixando de pagar suas verbas trabalhistas e previdenciárias, com a finalidade de obtenção de um custo de produção mais baixo e conseqüente possibilidade de colocar no mercado um produto abaixo do preço de praça, por tanto, o empregado é o primeiro a sofrer, a ter suas verbas devidas suprimidas e ao realizar uma reclamatória delatando o empregador por praticar Dumping, a primeira coisa a se requerer é inquestionavelmente o pagamento das verbas devidas, monetariamente corrigidas e refletidas quando devido.

3.5.4 Dano existencial

Entende-se por dano existencial aquele que afeta a vida pessoal do trabalhador, ou seja, impede-lhe de criar laços afetivos e ter convivência social, de dedicar-se a projetos pessoais e de lazer, afeta o íntimo daquele trabalhador que se vê exposto a uma pressão muito grande no ambiente de trabalho e sente a necessidade de estar cada vez mais em atuação, abrindo mão da sua vida pessoal para conseguir cumprir as metas impostas pelo empregador, provocando ao trabalhador um vazio existencial. Trata-se por tanto de um dano extra patrimonial.

Esse tipo de dano, apesar de informalmente já existir a muito tempo, foi recentemente reconhecido e reprimido pelo ordenamento jurídico, porém, matéria nova que é, ainda não

possui artigo específico, sendo que encontra-se manifesto favorável apenas em jurisprudências, como por exemplo:

DANO EXISTENCIAL. JORNADA EXTRA EXCEDENTE DO LIMITE LEGAL DE TOLERÂNCIA. DIREITOS FUNDAMENTAIS. O dano existencial é uma espécie de dano imaterial, mediante o qual, no caso das relações de trabalho, o trabalhador sofre danos/limitações em relação à sua vida fora do ambiente de trabalho em razão de condutas ilícitas praticadas pelo tomador do trabalho. Havendo a prestação habitual de trabalho em jornadas extras excedentes do limite legal relativo à quantidade de horas extras, resta configurado dano à existência, dada a violação de direitos fundamentais do trabalho que integram decisão jurídico-objetiva adotada pela Constituição. Do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana decorre o direito ao livre desenvolvimento da personalidade do trabalhador, nele integrado o direito ao desenvolvimento profissional, o que exige condições dignas de trabalho e observância dos direitos fundamentais também pelos empregadores (eficácia horizontal dos direitos fundamentais). Recurso provido(23). (ACÓRDÃO 0000311-59.2014.5.04.0811 RO, 1ª Vara do Trabalho de Bagé/RS)

Algumas das possibilidades de práticas que configuram o Dumping Social podem ser, a jornada de trabalho acima do limite de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais (súmula 431 do TST), ou, uma jornada que desrespeite os intervalos interjornada e intrajornada, que não garanta o direito a férias (súmula 328 do TST) ou ainda, não observe o dia destinado ao repouso semanal remunerado (art. 7º, XV da CR e art. 67 da CLT), que, se realizadas com certa frequência ocasionam ao vazio existencial do empregado que se torna “escravo” daquele serviço, perdendo seus momentos de lazer, descanso, higienização, alimentação e até mesmo contato social e afetivo.

É de a natureza humana interagir, criar laços afetivos e sociais, é da natureza humana precisar de um tempo para “esfriar” a cabeça, repor as ideias, recuperar o fôlego perdido com esforço demasiado realizado, é de a natureza humana precisar alimentar-se enquanto exerce suas atividades laborais, pois, está gastando suas energias trabalhando, é da natureza humana precisar de um tempo para higienização, fazer suas necessidades, limpeza. A saúde humana, tanto física e nesse caso principalmente a psicológica é frágil e precisa de uma atenção diária.

Com isso boa parte da doutrina, como os autores, Jorge Cavalcanti e Rúbia de Alvarenga, discorrem sobre a existência de três elementos pertencentes ao dano existencial, sendo eles, a existência de prejuízo, o ato ilícito do agressor e o nexo de causalidade. Portanto, o dano existencial advindo do Dumping Social configura-se quando há a hiperexploração da mão de obra do trabalhador, com a finalidade de obtenção de lucro e criação de uma concorrência desleal, prejudicando assim, sua saúde, vínculo familiar e social, entre outros.

3.5.5 Dano social

Dano social por sua vez é na verdade o reflexo dos danos causados a sociedade provenientes da precarização das relações trabalhistas, ou seja, quando se deixa, por exemplo,

de realizar o pagamento do FGTS e do PIS como já narrados em item 3.5.1 deste trabalho e/ou quando a empresa deixa de cumprir com o seu dever/função social, desrespeitando o art. 170 da CR onde prevê que a livre iniciativa tem o dever de assegurar a todos a existência digna; está se causando um prejuízo muito além daquele diretamente sofrido pelo empregado, está se alcançando toda a coletividade.

Entende-se ainda que, o desrespeito ao ordenamento jurídico trabalhista, fere a ordem econômica, conforme art. 36 da Lei 12.529/11 e deve ser punido, observando-se claro, a gravidade da infração, seu grau de abrangência, efeitos econômicos causados, a vantagem obtida e a reincidência.

Este último, a reincidência, é de extremo valor para que ocorra o sancionamento, observando também que a reincidência na esfera trabalhista obsta apenas as reiteradas práticas, não sendo necessário ter havido condenação, como ocorre na ceara criminal.

Interpreta assim, o Magistrado Luiz Souto Maior:

A mera aplicação do Direito do Trabalho, recompondo-se a ordem jurídica individual, com pagamento de juros e correção monetária, por óbvio, não compensa o dano experimentado pela sociedade [...] Está claro, então, que as práticas reiteradas de agressões deliberadas e inescusáveis (ou seja, sem o possível perdão de uma carência econômica) aos direitos trabalhistas grave dano de natureza social, uma ilegalidade que precisa de correção específica. (SOUTO MAIOR *et al*, 2014, p. 75/76.)

O Dano Social é na verdade o desencadear, o resultado final de todas as condutas danosas e manobras ardilosas que o empregador pratica com a finalidade de obtenção de lucro. A coisificação do trabalhador alcança a toda coletividade, pois, afeta diretamente aqueles trabalhadores vítimas de Dumping, afeta em consequência suas famílias, os outros empregadores que por boa-fé cumprem o que manda a legislação e ainda terceiros indetermináveis que sofrem indiretamente com o agravamento da situação da infraestrutura urbana, ausência de recursos para cumprir com as políticas públicas e auxílio do Estado aos que necessitam do seguro desemprego.

Por isso há claramente o que se falar em dano social advindo das práticas de Dumping Social, pois, apesar dos polos da relação trabalhista ser em sua maioria Empregador x Empregado, ou seja, sujeito privados, seus resultados/efeitos tem sempre abrangência no contexto social e não podem ser negligenciadas.

4 A CRISE ECONÔMICA E SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A crise econômica é mundial e abrange tanto os países desenvolvidos, como os países subdesenvolvidos e emergentes, como é o caso do Brasil, a grande questão é a dúvida que paira sobre até quando vai durar a recessão econômica, ou seja, até quando vai haver uma

contração do ciclo econômico dos países, até quando a produção interna (PIB – Produto Interno Bruto) vai ser baixa, pois, com a crise econômica ocorre o empobrecimento social e o surgimento de problemas graves para a população como a falta de infraestrutura estatal.

No Brasil, a crise econômica instalou-se em 2014 devido a grandes problemas políticos do povo com sua então presidente Dilma Rousseff, o que ocasionou em seu afastamento do cargo pelo impeachment sofrido e em lugar adentrou o vice presidente Michel Temer. Até os dias atuais, vive o país em recessão econômica e isso afeta diretamente o mercado de trabalho.

Segundo aponta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) “em setembro de 2016, a taxa de desemprego chegava a 11,8%, atingindo 12 milhões de brasileiros. [...] Havia 13,5 milhões de pessoas desocupadas em abr-mai-jun.2017.Em um ano, o contingente de desocupados cresceu 16,4%”.

O número monstruoso de desempregados vítimas da crise econômica é a realidade atual do país e não foi o único número crescente da pesquisa realizada pelo IBGE, o número de empresas falidas aumentou, o número de pessoas dependentes da prestação de serviço público aumentou, o número de crianças que foram trocadas da escola particular para a escola pública também e o mais preocupante é que o Estado ainda não apresentou uma política pública eficaz para solucionar ou ao menos frear o problema.

É justamente diante de situações de crise como essa que empregadores mal intencionados aproveitam-se de pessoas precisando sobreviver e oferecem-lhes trabalhos, serviços sem o mínimo de observância a legislação trabalhista.

O empregado sabe que está abrindo mão de certos direitos, sabe que vai trabalhar sem carteira assinada, que não vai contribuir para a previdência social, que não terá direito a férias, que trabalhará horas excedentes por dia, mas, a necessidade fala mais alto e o força a realizar esse pacto antiético, pois, sabe também que o governo não possui estrutura para segurar-lhe o desemprego, tornando este um ciclo vicioso, onde quem mais é lesado é quem mais precisa.

No mesmo passo, devido ao período de crise econômica que se vive e em desobservância ao importante papel que a Justiça do trabalho desempenha em frear os impactos de predileção financeira sobre a consideração da dignidade humana dos trabalhadores, procurando garantir um mínimo de equilíbrio nas relações sociais e econômicas atuais, surgiu a ideia de realizar um corte no orçamento da Justiça do Trabalho, tentando torná-la uma justiça comum.

Assim conforme é trazido por Benizete Ramos de Medeiros:

Agora de forma indireta, mas com os mesmos velhos discursos de ser protetiva, de acolher uma indústria de relações trabalhistas, etc. No passado, como visto anteriormente, o projeto do pacote neoliberal tentou transferir a Justiça do Trabalho para a Justiça Federal comum [...] esquecendo-se no entanto, da importância da Justiça do Trabalho como serviço público estratégico para a materialização do direito universal de acesso à Justiça. (MEDEIROS, 2017, p.77)

Diante do cenário de crise atual, não apenas as relações de trabalho e o mercado de trabalho em si são atingidos pela falta de recursos, o que já é muito prejudicial ao trabalhador que se vê obrigado a aceitar as condições impostas pelo seu empregador, pois depende daquele serviço para sustento, mas, o próprio Direito do Trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho passa a ser alvo do ataque manipulado do sistema neoliberalista que a enxerga como um barreira a seus pretensiosos caminhos de maior liberalização econômica, privatização, perda da força do intervencionismo estatal e valorização do mercado para atrair capital estrangeiro, desconstituindo o local.

5 A LEGISLAÇÃO ACERCA DO DUMPING SOCIAL

No Brasil ainda há necessidade de estabelecimento de uma legislação específica acerca do tema Dumping Social. O que se possui inicialmente é criação da Lei 9.019/95, que veio positivar dentro do ordenamento jurídico brasileiro o VI Acordo do GATT/1994, onde começou-se a prever medidas antidumping com a finalidade de neutralizar os efeitos maléficos deste instituto.

Logo mais em 2013, foi criado o Decreto Lei 8.058, regulamentando os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping, em substituição do de 1995 que deu origem a lei anteriormente mencionada.

No entanto, o que se observa ainda é um processo de investigação lento, burocrático, porém preciso. Isso porque, quando uma empresa sente-se lesada por outra, deve reunir provas e coletar informações acerca do funcionamento daquela outra empresa e ingressar na justiça com um pedido antidumping, pedido este que irá avaliar a situação da empresa reclamante e da empresa reclamada, para se provado, decretar uma medida antidumping provisória. Todo esse zelo é tão importante por tratar-se muitas vezes de relações externas.

Ademais, o que se tem de proveitoso juridicamente falando em matéria de Dumping Social, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, tem sido os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, que tem percorrido o tema com mais fluidez e observância, como por exemplo, a condenação da Empresa Farm Plantage Confecção e Comércio de Roupas LTDA ao

pagamento das verbas trabalhistas devidas e a indenização social no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) pela prática de Dumping Social.

No âmbito internacional já houve a tentativa de criação da Carta de Havana, em 1948, que previa direitos trabalhistas mais dignos, criando a OIC (Organização Internacional do Trabalho), no entanto não foi posta em prática por oposições políticas.

Houve a tentativa de imposição da Cláusula Social aos contratos comerciais e de serviços entre os Estados, conforme idealizado pela OMC, com a finalidade de garantir um padrão mínimo de respeito aos direitos sociais, individuais e fundamentais dos trabalhadores, no entanto a cláusula não foi bem aceita, sendo a OMC afastada da competência para criação de medidas antidumping e criada a OIT, no entanto, por falta de seu poder coercitivo, houve pouca aceitação mundial desta organização e grande parte dos países não ratificaram a Cláusula social.

Outra tentativa frustrada foi a ideia do Selo Social, criada pelo então Diretor da OIT, Michael Hansenne, onde os produtos ganhariam um selo de garantia de que aquela empresa não suprimia os direitos de seus empregadores, no entanto, a ideia também não foi bem aceita.

Com o fracasso dos acordos multilaterais, os próprios Estados começaram a realizar entre si, acordos bilaterais a respeito de declarações pessoais de medidas antidumping, um desses exemplos foi o VI Acordo do GATT, que ocasionou na Lei 9.019/95, anteriormente mencionada.

6 O PAPEL DO ESTADO DIANTE DO DANO SOCIAL

A função jurisdicional do Estado, perpetuada e tão bem representada pelos magistrados, não se baseia em mera aplicação dos direitos vigentes dentro do ordenamento jurídico, nem tão pouco se limita a reparar os direitos já violados, e a restituir ao trabalhador o dano material sofrido, contribuindo “pouco ou nada” para uma sociedade já resguardada pelo Estado Constitucional, como a brasileira.

Infelizmente, enquanto o contrato de trabalho permanece restrito entre o empregador e o empregado, não há como garantir aquele trabalhador que seus direitos mais básicos tenham sido devidamente observados e que serão aplicados no decorrer de seu labor, infelizmente a disparidade de poder existente dentro da relação de trabalho não há como ser ignorada e as consequências dessa disparidade é que resultam em inescrupulosas supressões aos direitos mais diversos a que o trabalhador em tese, teria direito.

Por isso, é que, quando o Estado-Juiz entra em contato com a realidade, com o contrato, com o descumprimento da legislação pátria, com os danos sofridos pelo empregado, é que deve haver a reprimenda e aplicação de uma condenação por dano social, mesmo que

seja no âmbito de uma relação trabalhista individual, pois, cabe ao Estado-Juiz garantir a sociedade um contexto de inclusiva democracia social, harmonizando os preceitos liberais com os do estado social, como prevê a Constituição da República de 1988.

Nesse sentido trata Patrícia Santos de Souza Carmo:

Em se tratando de dumping social, a mera aplicação do Direito do Trabalho, recompondo a ordem jurídica individual, não compensa o dano causado à sociedade, eis que reside o benefício no não cumprimento espontâneo das normas trabalhistas. Dessa feita, as reclamações trabalhistas que contenham práticas reiteradas de agressões deliberadas e inescusáveis aos direitos trabalhistas, dado o grave dano de natureza social, merecem correção específica e eficaz. (CARMO, 2014, p. 31)

Sendo assim, o Estado-Juiz deve atuar de maneira contingente a necessidade de reconhecimento dos direitos fundamentais e sociais, demonstrando as partes de uma lide o porquê que devem ser respeitados os direitos e como a observância é mais eficaz para a construção de uma sociedade comprometida com a inclusão social e dignidade mínima do ser humano, consolidando assim o projeto constitucional e fazendo do papel do Estado-Juiz ao aplicar a condenação por dano social, nada mais que um magistrado socialmente comprometido com a lei e um Estado preocupado com seu desenvolver social.

Nas linhas de Jorge Luiz Souto Maior (2014), há uma citação do escritor italiano Antônio Baldassare, no qual esclarece, “A terra da liberdade” é aquela em que os direitos sociais reconhecidos pelo Estado são exigidos e praticados por ele.” (BALDASSARE *apud* MAIOR, 2014).

Há ainda o receio por parte de alguns doutrinadores conservadoristas de que a aplicação de condenação por dano social em uma relação trabalhista individual, independente de pedido afetaria, pois a segurança jurídica, no entanto como já explicitado acima, quando o Estado-Juiz atua de forma a repelir os danos sociais gerados a partir da infração a lei, está concretizando direitos essenciais a sociedade, que não pode permitir que eles caiam em esquecimento, o Juiz, tem que cumprir com a função social do processo que não é basicamente resolver a lide mas, conseguir uma mudança de postura e principalmente de pensamento, gerando efeitos entre as partes e a sociedade como um todo.

Esse processo não gera insegurança jurídica, mas, reforça a capacidade que o Estado-Juiz possui de demonstrar que a Constituição não é uma falácia, uma mentira, que as normas ali descritas não são apenas belas palavras, mas, a projeção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e comprometida com a dignidade mínima e com isso, democrática.

O que traz um pouco de conforto é observar que os Juízes Trabalhistas, tem desenvolvido a mentalidade de repressão ao Dumping Social, visto que essa é uma transformação advinda com o processo de globalização e é preciso estar integrado a realidade

das relações trabalhistas. Tal conduta pode ser observada com alguns exemplos de práticas deste instituto que foram levadas a análise de magistrados e tiveram sua conduta sancionada e reprimida:

35019164 - DUMPING SOCIAL'. INDENIZAÇÃO. DANO SOCIAL. A contumácia da Reclamada em descumprir a ordem jurídica trabalhista atinge uma grande quantidade de pessoas, disso se valendo o empregador para obter vantagem na concorrência econômica com outros empregadores, o que implica dano àqueles que cumprem a legislação. Esta prática, denominada 'dumping social', prejudica toda a sociedade e configura ato ilícito, por tratar-se de exercício abusivo do direito, já que extrapola os limites econômicos e sociais, nos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. A punição do agressor contumaz com uma indenização suplementar, revertida a um fundo público, encontra guarida no art. 404, § único, do Código Civil e tem caráter pedagógico, com o intuito de evitar-se a reincidência na prática lesiva e surgimento de novos casos. (TRT 18ª R.; RO 00539-2009-191-18-00-7; Primeira Turma; Relª Desª Elza Cândida da Silveira; DJEGO 23/11/2009).

22484789 - VÍNCULO DE EMPREGO. MOTORISTA. Tratando-se de relação em que não há controvérsia acerca da prestação de serviço pelo reclamante, presume-se a existência de vínculo empregatício, incumbindo à reclamada o ônus de demonstrar o fato impeditivo do direito do autor às verbas decorrentes da relação trabalhista. Hipótese em que os fatos narrados pela própria ré em depoimento, revelam a presença dos requisitos elencados nos artigos 2º e 3º da CLT. Provedimento negado. Indenização por dano social. Prática de dumping social. Julgamento extra petita. Configura julgamento extra petita a decisão que condena a empresa ao pagamento de indenização pela constatação de um dano coletivo, em sede de reclamatória individual e quando ausente pedido nesse sentido. Recurso provido, para absolver a reclamada da respectiva condenação. (TRT 4ª R.; RO 00045-2009-005-04-00-0; Oitava Turma; Relª Desª Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo; Julg. 05/11/2009; DEJTRS 17/11/2009; Pág. 92)

O juiz do Trabalho substituto Igor Cardoso Garcia, da 2ª vara de São Caetano do Sul/SP, condenou a rede de lojas de roupa Farm por dumping social. A empresa deverá pagar indenização de R\$ 500 mil para reparar danos social decorrente de sua conduta e o valor deve ser revertido ao Hospital Municipal ou entidades filantrópicas idôneas que atuem na cidade.” (MIGALHAS, 2017)

O papel do Estado, portanto, tem sido de extrema importância no combate ao Dumping Social e principalmente no devido reconhecimento do Dano Social sofrido por todos, sendo que, ainda há muito que se caminhar até a “Terra da liberdade”, mas, a passos curtos, tem-se obtido resultado consciente do Estado em realizar esta função.

6.1 Atuação ex officio do magistrado

É pacífico que o Dumping Social é uma realidade e um grande problema que afeta de maneira desenfreada não apenas os trabalhadores que o sofrem diretamente, mas, acaba por afetar a sociedade em seus diversos aspectos, como a questão da Previdência Social pela ausência de depósito do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que influi de maneira negativa em seus propósitos de melhorias na infraestrutura urbana.

As controvérsias surgem quando se tenta prevenir o Dumping, ou seja, suas formas de repressão, sendo assim, dentre as controvérsias existentes nesse campo, destaca-se a possibilidade ou não de haver a aplicação *ex officio* por presunção do magistrado.

Não há uma resposta certa sobre o tema. De um lado, há posicionamentos conservadores e positivistas que divergem desta possibilidade embasando-se nos argumentos de que assim estaria o magistrado realizando um julgamento extra petita, conforme vedado pelos artigos 141 e 492 do CPC, observados abaixo:

Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito à lei exige iniciativa da parte. (Novo Código de Processo Civil, 2015).

Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. (Novo Código de Processo Civil, 2015).

Além disso, essa parte da doutrina, ora positivista, entende que estaria o magistrado praticando, ao decretar de ofício uma condenação não requerida, um posicionamento positivista, ou seja, apoiando uma das partes, o que diverge do princípio da imparcialidade cabível a todo e qualquer magistrado.

No entanto, quando um magistrado frente a uma situação inescusável de prática de Dumping, sabendo que esta conduta não é apenas moral e eticamente repudiável, mas ilegal, decide agir, sancionando a parte ré, não estaria ele assumindo uma preferência na lide, vez que pode julgar o mérito da reclamação trabalhista sem prejuízos, estaria ele simplesmente reprimindo uma conduta inaceitável, cumprindo seu papel de aplicador da lei.

Ademais, presentes tanto na CLT, quanto no Código Civil, Código de Processo Civil e Código de Defesa do Consumidor, estão artigos em que o legislador pátrio autorizou expressamente ao magistrado a possibilidade de impor multas e as penalidades proporcionais que achar conveniente com escopo a ver minimamente amortecido o dano causado, sem em momento algum mencionar a necessidade de pedido da parte.

A iniciar na CLT, está presente o artigo 652, alínea “d”:

Art. 652 - Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento: (Vide Constituição Federal de 1988) [...] d) impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência; (Consolidação das Leis Trabalhistas, 1943)

Este artigo em especial, observa a questão social da relação trabalhista e isso torna-se de grande importância para a proteção dos direitos dos trabalhadores, exigindo dos magistrados uma postura ativa que precautele e coíba as práticas que contraíram os dispositivos legais.

E, mais adiante, há o art. 832 §1º:

Art. 832 - Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

§ 1º - Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento. (Consolidação das Leis Trabalhistas, 1943)

Neste dispositivo, conforme doutrina dirigida por Ranúlio Mendes Moreira, quando o legislador menciona “as condições para seu cumprimento”, abre espaço, permite, que o magistrado aplique a penalidade que será imposta da maneira que considerar mais apropriada a fim de ver sanado o dano ou ao menos freado, e porque não, em favor de terceiros lesado, sejam eles, a comunidade ou alguma entidade específica.

No Código Civil, em mesma linha de raciocínio, é apresentado o art. 404, parágrafo único:

Art. 404 - As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional. Parágrafo único: Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar. (Código Civil, 2002)

Mais uma vez, observa-se o legislador permitindo que o magistrado aja de maneira independente ao pedido do autor, dando-lhe oportunidade para conceder uma indenização, caso entenda ser adequado, exigindo do magistrado uma conduta comprometida frente a necessidade de cumprimento dos direitos sociais e individuais.

De mesma maneira, o Código de Processo Civil, em seu art. 497, prevê acerca da possibilidade do juiz determinar as providências que forem necessárias para fazer valer sua decisão:

Art. 497- Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. (Código de Processo Civil, 2015)

Nesse momento fica claro a função social do processo, refletindo ativa e positivamente na vida dos envolvidos e o papel do magistrado como um dos responsáveis pela projeção do projeto constitucional, esclarecendo às pessoas as condutas cabíveis e a execráveis.

Por fim, o Código de Defesa do Consumidor, em seus arts. 81 e 83 esclarecem os idéias cernes deste código, os quais sejam:

Art. 81- A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. (Código de Defesa do Consumidor)”

“Art. 83- Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela. (Código de Defesa do Consumidor, 1990)

Ademais, em seu art.84, o Código de Defesa do Consumidor garante, assim como o Código de Processo Civil, o direito que possui o magistrado de tomar as medidas necessárias para a garantia do resultado prático equivalente.

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Código de Defesa do Consumidor, 1990)

A obrigação em questão é a de não continuar a praticar os atos agressores dos direitos trabalhistas visando obtenção maior dos lucros, ou seja, esta vertente, liderada por Jorge Luiz Souto Maior (SOUTO, 2014) entende que estando o Dumping Social caracterizado, surge uma obrigação de não praticá-lo, com isso, diante da continuidade das reiteradas práticas, pode o magistrado, se assim entender, proferir decisões alheias ao pleito do autor, tendo em vista o resultado prático equivalente.

Até porque, o Direito do Trabalho é muito mais que um aglomerado de normas, ele é um bem de democracia, um caminho de inserção social, distribuição de renda e fiscalização das condições trabalhistas, sendo assim necessário que haja uma prática e eficiente atuação dos magistrados, a fim de se resguardar os direitos dos trabalhadores e evitar lesões sociais como são as geradas pela prática de Dumping Social.

Partindo dessa premissa, acredita-se que por todo o contexto social e necessidade de repressão a estas práticas, associando ainda a característica célere e atuante da Justiça do Trabalho, que é o magistrado passível de decretar ex officio frente a condutas notórias de Dumping Social, a condenação das rés, em consonância com a corrente majoritária, seguindo principalmente as mestras Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira e Giselle Franklin, que apresentaram suas teses fundamentadas exatamente neste ideal:

Identificado o Dumping Social, é necessária a reação do Judiciário para corrigir a atitude abusiva do empregador. Nesta conjuntura, torna-se plausível a atuação ativa do Magistrado, inclusive para conferir direitos incontroversos. Desta forma, é viável a condenação ex officio de indenização decorrente das práticas de Dumping Social, condutas estas potencialmente lesivas aos direitos fundamentais do trabalhador. (TEIXEIRA E FRANKLIN, 2014. p. 119).

A ideia não é apenas que ressarça materialmente o trabalhador, mas, penalizar o agressor afim de que não se pratique mais tais ações, de modo que evite novas vítimas e fale-se em vítimas, pois, a desvalorização é tamanha que atinge não apenas o trabalhador por privilegiar a obtenção de lucro em sua valorização como profissional, mas a dignidade daquela pessoa, em sua vida privada, já que as consequências salariais são extremamente danosas a sua sobrevivência digna.

Nesta linha de raciocínio, assevera Souto Maior:

A esta necessária ação do juiz, em defesa da autoridade da ordem jurídica, sequer se poderia opor com o argumento de que não há lei que o permita agir desse modo, pois seria o mesmo que dizer que o direito nega-se a si mesmo, na medida em que o juiz, responsável pela sua defesa, não tem poderes para fazê-lo. Os poderes do juiz neste sentido, portanto, são os pressupostos da razão de sua própria existência. (SOUTO MAIOR, 2012, p. 9-10).

Por tanto, mediante as principais características de Dumping Social que são as diversas práticas ilegais que privilegiem o lucro à dignidade do trabalhador, atestando claro, a boa-fé do trabalhador e a má fé da empresa ré, demonstrando a lesão sofrida, prevalece o

entendimento que não só possa como deva o magistrado assegurado de seus deveres e motivado pela celeridade e efetividade da Justiça do Trabalho, realizar *ex officio* a condenação pela prática do Dumping.

Até porque, conforme muito bem narrado por Ranúlio Mendes Moreira:

Podemos, assim, definir como pressupostos que conferem razão de ser à teoria da aplicação da condenação *ex officio* por dumping social no âmbito de uma demanda trabalhista individual: o hiato existente entre a realidade e a teoria. [...] Enfim, a importância de que se reveste o Poder Judiciário Trabalhista, como instância última e única capaz de demonstrar a necessidade de respeito aos direitos dos trabalhadores. [...] Devemos nos recusar, diariamente, a fechar os olhos para a realidade, a usar o texto como empecilho à Justiça. Assumir a função de Juiz, especialmente Juiz do Trabalho, é assumir com plena consciência o dever de lutar por uma Justiça Social concreta e efetiva. E nosso instrumento de luta é o processo. (MAIOR *et al*, 2014, p.143)

Concluindo, quando se pensa em uma atuação *ex officio*, vem à mente uma situação arbitrária e insegura, no entanto, no caso em especial, o Dumping Social é um fenômeno devastador, que prejudica interinamente toda a sociedade, não se limitando a sua relação originária empregador e empregado, com isso, frente a urgência e importância da situação, é que um magistrado não pode dar as costas para a realidade, não é porque não está requerido formalmente que não é devido.

Ir-se construir uma ideia de respeito aos direitos fundamentais como um todo, quando se passar a efetivamente aplica-los nas relações trabalhistas, o que acarretará ainda na revitalização do Direito do Trabalho, que apesar de estar em cenário de desconstrução, ao tutelar matéria como essas, de grande repercussão social, estarão dando credibilidade ao Estado Constitucional de Direito.

6.2 Dumping Social, inércia da jurisdição e contraditório

A oposição da aplicação *ex officio* de uma sanção proferida pelo magistrado frente a uma situação inequívoca de Dumping Social, baseia-se na ofensa aos princípios do dispositivo legal, do contraditório e da inércia da jurisdição, esse primeiro, já explicado no tópico anterior pelos exemplos expressos de permissões que o legislador pátrio atribuiu ao magistrado.

Quanto aos demais, ou seja, quanto o contraditório e a inércia da jurisdição atentam-se aos fatos de que, primeiramente, a empresa ré, que está em tese sofrendo sanção por dano social proveniente pela prática de Dumping, já fora advertida em outros processos trabalhistas pelas práticas indevidas que realiza e em todas essas oportunidades pode-se manifestar de modo a praticar seu contraditório frente as reclamações sofridas, por tanto, quando uma empresa chega a ser sancionada por Dumping Social, certamente já houve processualmente o

momento adequado para que ela possa se manifestar nos autos e comprovar a inveracidade dos fatos do reclamante.

Segundo, quanto a inércia da jurisdição, é contundente aludir que o dano social causado pelo Dumping é um fato a parte dos pleitos oferecidos pelo empregado, que ingressa com uma ação visando a recuperação de seus direitos perdidos em meio a manobras desleais de comércio, não se confundindo por tanto com a dimensão das lesões causadas indiretamente a sociedade, que nem mesmo tem conhecimento de que aqueles fatos chegaram ao conhecimento jurisdicional, deste modo, não tem quem pleiteie uma indenização por esses danos, cabendo ao magistrado em sua função de preservar a autoridade do ordenamento jurídico, penalizar a empresa ré pelas macro lesões causadas.

Quando se separa os danos sofridos pelo trabalhador das consequências jurídicas e sociais consequentes do não emprego da legislação pátria, fica mais perceptível o entendimento de que, quando o magistrado age positivamente nesse caso ele não estaria escolhendo uma parte da lide, visto que o mérito do pleito realizado pelo trabalhador vai ser analisado separadamente e que, o magistrado não estaria agindo em contrapartida a inércia da jurisdição, pois, o problema foi colocado diante de seus olhos, devendo ele por motivos morais e legais tomar alguma providência eficaz.

Neste sentido, nas linhas de Jorge Luiz Souto Maior, lê-se uma excepcional citação de João Humberto Cesário:

Ocorre, com a vinda à lume do Estado Democrático de Direito, via de consequência uma amplíssima ressignificação do princípio da legalidade. A lei, muito embora conservando grande importância, deixa finalmente de a expressão máxima do Direito. Como não poderia deixar de ser, o papel do juiz também se transforma por completo. O magistrado, que até então era mera boca da lei, passa a ser aquele sujeito que, interpretando o texto legal, dele extraí a norma enquanto ideal de justiça. O ofício de julgar, dessarte, deixa de ser visto como simples operação silógica de subsunção do fato à lei, para, então, ser exercitado dentro de um paradigma essencialmente axiológico, cujo valor primordial é a exaltação constitucional das virtudes humanas em detrimento do patrimonialismo. (Souto Maior apud Cesário, 2014, p. 127)

Sendo assim, tem-se a mesma compreensão se um juiz, flagrantea uma ação ilegal, deve ele tomar partido e emitir voz de prisão, não sendo necessário que se espere formalizar um processo ou um pedido e deferimento de prisão em autos específicos, pois, ele está diante de uma situação que exige uma medida de urgência, não sendo possível ignorar o temor social gerado. De igual modo, é o que ocorre na ceara trabalhista quando um magistrado se depara com um dano social em uma demanda individual, ele deve agir de forma eficaz, tendo o trabalhador sido um veículo para levar até o juiz tal realidade.

6.3 Coletivização da demanda individual

É entristecedor a ausência de recursos preventivos fornecidos pelo Governo para abrilhantar ainda mais a atuação do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos e do Ministério do Trabalho e Emprego, em realizar suas funções de legitimados coletivos e fiscais da lei, pois, se isso não fosse verdade ou considerável, não seria tão visível as lesões causadas pelas relações do trabalho no âmbito social.

Isso porque, quando um empregado é demitido, esse ato gera efeito dentro de seu campo de serviço, pois, seus antigos colegas devem substituí-lo, sobrecarregando-lhes e um desempregado a mais é motivo de alarde social, já que torna-se um problema público, é uma questão social.

Aliás, as relações de trabalho e as relações no trabalho já formam por si só, uma relação coletivamente/socialmente relevante e isso diz respeito ao Direito e à Justiça do Trabalho, pois, não há como ignorar os efeitos gerados a partir de uma relação trabalhista.

Direito coletivo como é, o trabalho tem sua função social, seja na integração daquele trabalhador ao meio que vive ou de possibilitar a formação da instituição família ou ainda, de cumprir com seu dever alimentício e é inquestionavelmente de incumbência do Judiciário Trabalhista, sob pena de afastar-se de seu cerne constituinte de justiça igualitária, a concepção e solução de conflitos sociais que ultrapassem a relação privada e individual empregador e empregado e atingem a sociedade.

Por tanto, é sim de dever de o juiz trabalhista reconhecer as situações que causam lesões sociais e coibir os danos coletivos, pois, está entranhado na Justiça do Trabalho como um todo sua característica visceralmente coletiva.

Em uma sociedade que enxerga o ajuizamento judicial de ações como atos de ingratidão por parte de seus autores, correndo o risco de não conseguir tão cedo um novo emprego porque entrou na justiça contra seu ex patrão, onde o trabalhador muitas vezes é pressionado a aceitar um acordo que lhe atribui indenização muito inferior à que lhe era devida, há um cenário de afastamento da justiça, pois, os lesados são indiretamente desmotivados pelos casos práticos que testemunham.

Com esse condicionamento do pensamento construído sobre o acesso a justiça e com a falha do cumprimento do papel do Estado na figura do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e também, falha no papel dos sindicatos que possuem como função precípua a proteção dos trabalhadores, vê-se como necessário o reconhecimento da possibilidade de condenação, independentemente de pedido, do dano causado não só aquele trabalhador reclamante, mas, a aos outros que também sofreram com os abusos realizados pela má gestão e má observância da legislação trabalhista.

Assim menciona Severo (2014), a citação das autoras Judith Martins Costa e Marina Souza Pargendler, a própria origem do caráter punitivo/pedagógico da responsabilidade civil se verifica em situações individuais nas quais o dano coletivo é identificado. Vê-se que é uma questão de comprometimento social a coletivização da demanda individual e assim José Roberto Freire Pimenta, dá continuidade:

Na análise de soluções para uma Justiça Trabalhista mais efetiva, é mister reconhecer que a coletivização do processo do trabalho, através, principalmente, da ação civil pública, deve ser implementada com eficácia, superando seus atuais obstáculos referentes à legitimidade, competência, coisa julgada e litispendência. Por meio dessa nova concepção processual de tutela meta individual, ao invés de responder a inúmeras pretensões individuais idênticas, proporcionando soluções divergentes, o judiciário adotará o relevante e democrático papel de mediador das lides coletivas, possibilitando decisões mais uniformes e garantindo grande economia de esforço processual, eficiência e prestígio para a Justiça. Resultado que refletirá numa maior garantia dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores. (PIMENTA e FERNANDES, p. 3081)

É de suma importância, portanto fazer valer os princípios cernes da Justiça do Trabalho que a aproximam da realidade do trabalhador, tanto para consagrar os motivos que a fazem ser célere e eficaz, tanto para constituir a condição de complementaridade entre privado e público e atribuir a suas decisões o caráter pedagógico que necessitam, quanto para atenuar as lesões sofridas indiretamente pela sociedade.

6.4 Destinação da indenização imposta à empresa pela prática do Dumping Social

De fato não há uma previsão legal estabelecendo para onde deverá ser destinada à indenização imposta à empresa pela prática de Dumping Social, como já foi falado anteriormente, esse instituto precisa ser mais bem avaliado e pormenorizado dentro da legislação pátria.

O que resta então, diante da ausência de previsibilidade legal, é senão, recolher os fundamentos jurisprudências das condenações impostas pelo país, o que remete a algumas ideias que devem ser estudadas e avaliadas de acordo com cada caso concreto, vez que, composto de suas peculiaridades, cada caso possui grau de abrangência menor ou maior, número de práticas reiteradas, condições do empregado e o beneficiamento do empregador.

Dentre as opções há a inicialmente a possibilidade de doação da indenização imposta mesmo que nas relações privadas, ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), como é realizado em demandas intentadas pelo Ministério Público do Trabalho.

Pensou-se também em reunir os valores auferidos em uma conta judicial, destinada ao pagamento dos processos arquivados com dívida na unidade jurisdicional.

Uma terceira opção é a doação do valor arrecadado a ONG'S, a fim de ser revestido em alguma ação social ou entidade social, no entanto, deve-se observar quem é o reclamado,

vez que, caso ele seja o Estado, a indenização que possui caráter punitivo não irá se perfazer de eficácia.

E por fim, uma quarta opção, esta defendida pela doutrinadora Valdete Souto Severo(2011) , é a de que como o Dumping causa inquestionavelmente um dano social e por isso, à indenização imposta às empresas que o praticam deveria ser revestida com base no caráter não apenas punitivo mas principalmente pedagógico da pena imposta, à sociedade lesada, pois, a sociedade deve ter conhecimento, ciência, da atuação judicial.

Em mesmo livro, essa doutrinadora complementa dizendo que:

A medida corretiva, assim, vai desde a condenação ao pagamento de uma indenização adicional (ou suplementar), destinada ao autor da ação individual, em virtude da facilidade de sua implementação, até a determinação de obrigações de dar e de fazer, voltadas a práticas de atos em benefício da comunidade. (SEVERO, 2011)

Cumprе esclarecer que se trata de duas situações diferentes, uma é o dano moral/material/existencial que o trabalhador como vítima direta do Dumping Social tem direito. Esses danos são possivelmente deferidos como já narrados anteriormente, no entanto, a ação de requerê-los deve partir do trabalhador, o que não cabe necessariamente a esse mesmo trabalhador é o pleito dos danos sociais causados pelo Dumping, vez que a questão do dano social envolve relações muito mais complexas que ultrapassam a esfera trabalhista, é de fato um problema de todos.

7 O DUMPING SOCIAL E O CENÁRIO DE DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Se o Direito do Trabalho for observado desde seus primórdios, com a Revolução Industrial, irá se perceber que muito de sua consolidação, em resumo, seus princípios e eficácia foi se perdendo ao longo dos anos devido as transformações sociais a que a sociedade tem passado desde então.

Não há como não enxergar os efeitos do capitalismo, dos ideias neoliberalistas e da globalização, latente dentro das relações de trabalho, pois, esse cenário de supressão de direitos trabalhistas talvez, não estivesse acontecendo de maneira tão voraz se a linha de raciocínio social não fosse a busca constante de lucro e empoderamento, se ao invés disso, o trabalho humano fosse utilizado como meio de reunião de ideias e desenvolvimento pessoal e social do trabalhador e empregador, além é claro de permitir a subsistência.

Não há como não observar o frágil liame que se tornou a relação empregador e empregado, visto que o uso da boa-fé e o cumprimento legal estão em extinção. Não há como ignorar os reflexos sociais que essa situação toda gera.

Segundo Patrícia Santos de Sousa Carmo,

A Organização Internacional do Trabalho e o Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos têm denunciado que os 6 direitos sociais estão cada vez mais ameaçados pelas políticas econômicas e estratégias empresariais. Nesse sentido, incontestemente que o Direito do Trabalho, por influência dos impulsos sociais aos quais é exposto, tem sido crescentemente precarizado, de modo que se tem um dano social que aflige a própria matriz apologética trabalhista. (CARMO, 2014, p.31)

O Direito do Trabalho vem se desconstruindo aos poucos, perdendo sua importância dentro das relações trabalhistas, um exemplo disso, é senão a possibilidade de negociações diretas entre empregador e empregado, flexibilizando as relações de trabalho, a que a Reforma Trabalhista sancionada em 2017 pelo presidente Michel Temer, apresenta.

E assim complementa Benizete Ramos de Medeiros:

Passados 20 anos da era FHC, em cujo período neoliberal a palavra de ordem era o estado mínimo com redução de direitos sociais, com ousados projetos encomendados pelo capital estrangeiro e acolhido pelo governo brasileiro, inclusive de extinção da própria Justiça do Trabalho, a sociedade brasileira se vê às voltas com as mesmas ameaças. (MEDEIROS e ELLEN, 2017, p. 69)

As alterações sofridas no mercado de trabalho brasileiro e conseqüentemente na Justiça do Trabalho desde então acarretaram na desregulamentação dos contratos trabalhistas, interferindo na jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, férias, reduzindo ainda os gastos estatais com as questões sociais e em consequência propiciou o aumentando a lei da oferta e da procura, destruição dos empregos em face da redução do déficit comercial com o exterior, ampliação da concorrência de empresas nacionais com estrangeiras e a privatização, mercantilização da educação e da saúde, destruindo bases jurídicas do Estado Democrático de Direito.

O Dumping Social só tem a se beneficiar em meio à crise ética, com graves inversões de valores a que a sociedade tem vivido, o cenário de crise também econômica e política é o cenário ideal para que as práticas de Dumping se estabeleçam dentro das relações trabalhistas, estando o Direito do Trabalho cada vez mais frágil e desmotivado a combater tal instituto.

Nessa mesma linha de raciocínio, assevera Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes e Júlia Teixeira Santos:

Com a prevalência do setor econômico sobre os demais, as empresas circulam em busca de maior competitividade, o que tem reflexos diretos no Direito do Trabalho e na qualidade de vida das pessoas. O resultado dessa reestruturação do sistema capitalista na estrutura objetiva do trabalho é a precarização da força de trabalho mediante o encolhimento do rol dos direitos sociais conquistados arduamente pelos trabalhadores no decorrer da história. (NUNES e TEIXEIRA, 2017, p. 6)

No encerramento da 16ª edição do Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, que acontece em Paulínia/SP, foi lido pelo desembargador Francisco Giordani um manifesto assinado por 19 dos 27 ministros da corte, intitulado de “Documento

em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil”, no qual narra-se o seguinte:

Muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstruir direitos, desregular a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas [...] é preciso esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico, social, previdenciário, segurança, político, saúde pública, entre outros tantos aspectos.

Diante de tais acontecimentos, já não se sabe mais se o Dumping Social é um dos causadores da real crise ética, social e econômica presente em todo o mundo ou se ele é mais um reflexo surgido mediante a pobreza e as inversões de valores as quais tem-se passado e por isso, a cada dia torna-se mais importante a conscientização dessa triste realidade e a busca por uma reprimenda eficaz.

Nessa mesma linha de raciocínio desabafa o Magistrado Jorge Luiz Souto Maior:

[...] talvez não nos demos conta de quanto ela (essa realidade) é perversa à efetivação dos direitos sociais e de quanto ela denigre a imagem da nossa querida Justiça do Trabalho. Como numa terapia, pode ser que falar sobre os fatos que vivenciamos todos os dias nos auxilie a enxergar, de forma crítica, a realidade e, quem sabe até, ficarmos um pouco envergonhados de expressá-la. (SOUTO MAIOR, 2005, p. 09)

O cenário de desconstrução enfrentado tenta justamente afastar o Direito e a Justiça do Trabalho de seus ideais que visam prevalecer as políticas públicas nas relações de trabalho e tutelar os direitos sociais e fundamentais dos trabalhadores, tornando-os diante da inobservância de suas normas, uma mera retórica.

Esse propósito é abarcado por determinados segmentos “político-empresariais” brasileiros que julgam a atuação dos magistrados trabalhistas como uma tutela preventiva e paternalista para com os trabalhadores, considerando imparciais as decisões tomadas, esquecendo-se por exemplo do acatamento, de 1964 que acarretou em inúmeras normas de “flexibilização”, sem qualquer efeito benéfico à economia do país.

Desde então, houve a desmoralização Justiça do Trabalho para promover um esquecimento público das determinações constitucionais de proteção ao trabalho e ao trabalhador, inclusive, conforme muito bem demonstrado por Jorge Luiz Souto Maior (2017) em um artigo em seu site pessoal, até mesmo o STF em 2011, ao promover uma decisão favorável ao direito de greve, frente ao mandado de Injunção nº 712, na Reclamação nº 16.337, com extensão aos servidores, e nas Reclamações nº 11847 e nº 11536, foi publicamente criticado em estar se tornando uma “Corte Boliviana”, induzindo os leitores ao pensamento de que qualquer medida tomada em prol dos direitos Sociais ou do Estado

Socialdemocrata, significa adoção de socialismo ou comunismo como organização econômica, o que é obviamente uma falácia.

A má-fé na indução de pensamentos coletivos e as críticas públicas a tomada de certas decisões por parte dos membros da Justiça do Trabalho, são vistas como “armas psicológicas” formando grande pressão ao cenário de desconstrução da Justiça do Trabalho, que de um lado observa a ignorância e descaso com suas normas e de outro, uma reprimenda geral a aplicação normas constitucionais, mesmo sendo que estas tenham sido eleitas pela CR/1988 para formação de cidadãos com nobres valores trabalhistas, de livre iniciativa e de dignidade da pessoa humana.

Assim, defende Jorge Luiz Souto Maior no mesmo artigo em seu site pessoal:

Este é um momento crucial de resistência à tentativa de imposição de retrocessos sociais, jurídicos e políticos, cumprindo aos profissionais ligados à aplicação dos Direitos Trabalhistas, dos Direitos Previdenciários e dos Direitos Humanos um relevante papel. Não é tempo de recuar, de se adaptar, de se recolher e, muito menos, de acatar e disseminar a lógica do medo. É tempo de produção e de preservação da consciência, que traz consigo o imperativo de se assumirem posicionamentos. (SOUTO MAIOR, 2017)

Conclui-se portanto que, o cenário de desconstrução do Direito e da Justiça do Trabalho nada mais é do que resultado de forças político - empresarias intencionadas em ver crescer seu próprio poder aquisitivo independentemente da destruição do mínimo de direitos resguardados aos trabalhadores, faltando com respeito ao histórico de luta da classe trabalhadora e ainda, acusando indevidamente os magistrados especializados nessa área de serem paternalistas, sendo que imparciais, na verdade, são os opositores ao cumprimento da legislação pátria, vez que, estes sim, estão olhando apenas o que é de vosso interesse e desconsiderando os dispositivos legais.

8 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR E SUA NECESSÁRIA APLICABILIDADE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

O trabalhador é detentor de uma série de direitos fundamentais, sendo eles abrangidos não apenas pela legislação específica (CLT), mas, também pela Constituição da República de 1988, por isso denomina-se essa área, como Direito Constitucional do Trabalho, pela sua previsibilidade expressa na Carta Magna.

Direitos Fundamentais como o próprio nome já induz, nada mais são que uma série de direitos básicos individuais, sociais e políticos essenciais e inerentes ao ser humano, nos aqui estudados em questão, inerentes ao trabalhador e possuem como finalidade, por exemplo, a garantia a liberdade, a vida, e a igualdade, preceitos esses baseados nos Direitos Humanos.

A Constituição da República prevê já em seu art. 1º, incisos III e IV, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho e da livre iniciativa; em seu art. 5º inciso XXIII, prevê que a propriedade atenderá a sua função social; logo em seguida, o art. 6º prevê como um de seus direitos sociais, o trabalho; no art. 7º são estabelecidos alguns direitos básicos dos trabalhadores urbanos e rurais como a proteção a garantia do salário mínimo; no art. 8º estabelece os direitos coletivos, incluindo a livre associação profissional e sindical; em seu art. 9º estabelece o direito a greve e no art. 10º e 11º regulamenta a inserção dos trabalhadores na empresa.

Ademais, os direitos fundamentais dos trabalhadores assumem papel de especial relevância dentro do ordenamento jurídico brasileiro, no sentido da constitucionalização da valorização do trabalho humano, conforme art. 170 da CR/88, assim também como fundamento da ordem econômica, disposto, por exemplo, no art. 170, inciso VIII da CR/88 e a orientar o Estado no desenvolvimento de políticas aptas a proporcionar a distribuição equitativa da renda, bem assim o acesso a bens e serviços.

Conforme se pode observar por esses simples exemplos, os direitos fundamentais estão entranhados no Direito do Trabalho, sendo eles, princípios basilares formadores de sua ideologia de proteção aos trabalhadores e por isso, devem servir de base para toda e qualquer interpretação das normas trabalhistas. Por tanto, deixar os direitos fundamentais de o trabalho cair em esquecimento, é o mesmo que abandonar todos os preceitos e direitos adquiridos até hoje de maneira tão lutada e honrosa.

O problema de efetividade dos direitos sociais é realidade diante da aplicação da globalização neoliberalista e o conseqüente desrespeito ao ordenamento jurídico vigente e só reforça a necessidade de proteção aos direitos fundamentais, vez que estes mudam o modo de estudo e interpretação das normas trabalhistas, regulamentando as relações a partir de uma ótica mais humana, mais ética e trazendo equilíbrio a essa relação tão delicada.

Seguindo esta visão, Luciano Gomes dos Santos, acrescenta que:

O Direito do Trabalho foi cooptado no cenário da globalização econômica para garantir os interesses do sistema capitalista na resolução de seus conflitos. Nos tempos atuais, percebemos que o Direito do Trabalho visa garantir a dignidade do trabalhador em suas relações contratuais desde a admissão, processo de trabalho e demissão. O trabalhador não é coisa ou mero meio para o sistema capitalista alcançar seus objetivos, dentre eles o lucro. Todo sistema produtivo de bens e serviço está alicerçado a partir das necessidades humanas e interesses materiais e simbólicos. (SANTOS, 2014, p.180)

Com isso, entende-se que a preservação dos direitos fundamentais como um todo valoriza o trabalho e o trabalhador, alcança a dignidade da pessoa humana e cumpre com o objetivo constitucional de constituir uma sociedade mais justa e igualitária, distante do

espectro de disciplina e hierarquização vertical que se tem consolidado nas relações trabalhistas desde o século XIII. Assim assevera Valdete Souto Severo:

A disciplina não é elemento de um verdadeiro contrato. É, antes disso, um “contradireito”, que hierarquiza, desqualifica e invalida um indivíduo em relação ao outro, rompendo com as definições de “sujeitos de direito” contidas no ordenamento jurídico. (SEVERO, 2011)

Caso houvesse mais observância e respeito aos direitos sociais e individuais do trabalhador, o Direito do Trabalho não estaria tão afastado de seus ideais iniciais e desmotivado a agir em prol dos trabalhadores, a sociedade atual não estaria passando por tamanha promiscuidade de condutas ilícitas, desvalorização da pessoa humana e inversão de valores e os trabalhadores não estariam sendo “coisificados”, comprados, usados e descartados como apenas mais uma peça que move a engrenagem da indústria.

Por tanto, é que se faz necessário o reconhecimento dos direitos trabalhistas como sendo direitos fundamentais a existência digna dos trabalhadores, fazendo com que o respeito aos direitos sociais tornem-se realidade dentro da relação empregador e empregado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho que a sociedade moderna está em crescente declive ético e moral e que esse declive aliado a crise econômica mundial, tem gerado efeitos devastadores dentro das relações trabalhistas, criando uma coação mesmo que implícita para que os trabalhadores aceitem as condições impostas pelos seus empregadores, o que ocasiona em um pacto antiético de supressão de seus direitos fundamentais.

O Dumping Social é assim apresentado como práticas reiteradas a fim de desbancar a concorrência no mercado utilizando-se de métodos ilegais, imorais, infringindo a legislação pátria trabalhista, previdenciária e constitucional, hiperexplorando o empregado e suprimindo seus direitos mais basilares com o intuito inequívoco de obtenção de lucro ao empregador.

O Dumping pode ainda ocorrer de maneira interna, no que se refere a desobediência as normas vigentes e ao rastro de pobreza deixado diante dos danos sociais, materiais, morais, individuais e existenciais gerados e ainda, de maneira externa, quando uma empresa estrangeira aproveita-se da deficiência legislativa de um país e se instala *in loco* realizando o rebaixamento de bases, de proteção dos direitos sociais de seus trabalhadores e ainda, ocasiona ao seu antigo Estado, onde estava instalada, o desemprego em massa.

Neste cenário de precarização política, econômica e ética, principalmente dentro de países subdesenvolvidos onde a legislação e a fiscalização são falhas, o instituto do Dumping Social ganha força e recorrência dentro das relações de trabalho, pois, começa a se mostrar uma forma vantajosa de acelerar o processo de retorno do trabalho produzido aos empregadores, sem que haja uma sanção ameaçadora, visto que a maioria dos trabalhadores nem mesmo utilizam de seu acesso à justiça por medo de represália por parte dos futuros patrões, que podem vir a enxergar sua reclamatória como ingratidão e proveito, conforme se depreende pelo condicionamento de pensamento atual.

Dessa forma, o desrespeito aos direitos fundamentais, sejam eles sociais ou individuais dos trabalhadores em prol da obtenção de lucro de seus empregadores vai se tornando uma prática corriqueira gerada pela implementação do sistema capitalista desenfreado e da globalização e a Justiça do Trabalho, por sua vez, que está em cenário de desconstrução, passa a se afastar cada vez mais de seus ideais principiológicos de equidade e proteção à aos menos favorecidos, mesmo que diante das macro lesões causadas em reflexo a toda sociedade.

A abordagem doutrinária e jurisprudencial feita remete a uma linha de raciocínio na qual atribui-se ao Estado na figura do Juiz do Trabalho a função necessária de reprimenda ao instituto do Dumping Social, pois, as lesões por ele causadas, em suas invariáveis possibilidades práticas, vão muito além dos danos materiais e morais sofridos pelo

trabalhador, envolvem a sua própria existência e também tornam-se uma questão social já que ultrapassam a linha da relação privada e atingem a sociedade, como por exemplo nas questões de marginalização e dano à infraestrutura urbana pelo não pagamento do FGTS.

Ademais, a pesquisa realizada apontou para a possibilidade, senão, obrigação que os magistrados, como figuram socialmente comprometidas com a projeção constitucional da jurisdição, possui diante de situações inequívocas de Dumping Social, de arbitramento de uma indenização a empresa reclamada mesmo que não haja expressamente pedido pleiteado, frente a abrangência do dano social causado, sendo que a indenização imposta seria revestida na sociedade lesada, pois, é o momento mais oportuno para que se possa avaliar um contrato e as condições de labor sofridas, sendo o processo o meio de resposta do Judiciário a sociedade.

Avalia-se mediante os estudos realizados no presente trabalho a triste realidade social e a decadência da ética, da boa-fé e do caráter humanitário das relações trabalhistas, demonstra também que há uma necessidade de se tutelar os direitos sociais dos trabalhadores para que se possa conquistar um mínimo de dignidade para todos, inclusive para a coletividade que é afetada socialmente com as consequências trazidas pelo sistema econômico vigente, o qual abre espaço e permite que pessoas sejam “coisificadas” para que se resulte em aumento de capital.

Por fim, acredita-se ainda nas benesses da coletivização das ações individuais quando restar demonstrado dano social advindo de práticas reiteradas de Dumping, cabendo ao Juiz do Trabalho atuar de forma positiva, mesmo que de ofício, afim coibir e reprimir a situação apresentada, criando uma conscientização da importância ao respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores, visto que os danos causados independente de sua abrangência mas especialmente, à sociedade, configuram ato ilícito, pois, ofendem a dignidade da pessoa humana, princípio este, resguardado a nível nacional pela maioria dos países do globo e ainda, internacionalmente pela OIT e Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratando-se por tanto de exercício abusivo de direito e grave agressão ao Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. L. **Dumping Social e seus efeitos sociais e econômicos na justiça do trabalho**. 2012. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Direito) – UNI Anhanguera – Centro Universitário de Goiás; Goiânia, 2012.

AMBITO JURIDICO. **Os novos danos: danos morais coletivos, danos sociais e danos por perda de uma chance**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11307. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.
 ARMOND SOCIEDADE DE ADVOGADOS. Direito do Trabalho. **Condenação “ex officio” por dumping social ultrapassa os limites da lide?** Disponível em: <http://armondassociados.com.br/direito-do-trabalho/condenacao-ex-officio-por-dumping-social-ultrapassa-os-limites-da-lide>. Acesso em: 04 de agosto de 2017.

BERTAGNOLLI, I. Aplicação das medidas antidumping como intervenção do Estado na economia. **Saber Jurídico**, Feira de Santana, 9 ed.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. . Congresso Nacional. P. 1, 2015. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. P. 8965, 1990. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Senado Federal, P. 1, 1990. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Lei n. 9.019, de 30 de março de 1995. Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências. Senado Federal, P. 4577, 1995. Legislação Federal e marginalia.

CARVAS, L. G. A. **Desmistificando o Dumping Social**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n.3014, 2 out.2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20121/desmistificando-o-dumping-social>. Acesso em: 18 de setembro de 2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos 2017**. Disponível em: https://www.uniformg.edu.br/images/Biblioteca/ManualNormalizacao_2017.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA. Letras Jurídicas. **A prática do Dumping Social no âmbito trabalhista e seus efeitos**. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=118>. Acesso em: 03 de setembro de 2017.

CUNHA, C. R. S. **Danos sociais provocado pela pratica de Dumping Social: como este novo paradigma vem sendo enfrentado pelo sistema judiciário brasileiro**. 2014. 22p.

CONSULTOR JURÍDICO – CONJUR. **Ministros reagem possível desconstrução do direito do trabalho.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-10/ministros-reagem-possivel-desconstrucao-direito-trabalho>>. Acesso em: 13 de agosto de 2017.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr,

DI SENA, J. R. **Padrões trabalhistas e comércio internacional: preocupação legítima ou protecionismo disfarçado?** (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

J. R. **Comércio internacional e globalização: a cláusula social na OMC**. Curitiba: Juruá, 2003.

DIREITO DO EMPREGADO. **Direito Internacional do Trabalho: Dumping Social**. Disponível em: <http://www.direitodoempregado.com/direito-internacional-do-trabalho-dumping-social/>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

Direito do Trabalho – Congressos I. Teodoro, Maria Cecília Máximo II. **Congresso Latino-americano de Derecho Material y Procesal del Trabajo** (2.: 2014.: Bogotá, Colômbia)
DIREITO NET. Artigos. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8579/Dano-moral-decorrente-do-contrato-de-trabalho>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

DUARTE, R. C. **Dumping Social e a Flexibilização dos direitos trabalhistas: a dignidade da pessoa humana como balizadora dos institutos**. 2014. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Viçosa; Viçosa, 2014.

EDITORA MAGISTER. **Direitos dos Trabalhadores: Direitos Fundamentais?** Disponível em: http://www.editoramagister.com/doutrina_27182340_DIREITOS_DOS_TRABALHADORES_DIREITOS_FUNDAMENTAIS.aspx. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desemprego sobe a 11,8% e atinge 12 milhões de pessoas, indica IBGE**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1818323-numero-de-desempregados-atinge-12-mi-no-trimestre-encerrado-em-agosto.shtml>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

GEOGRAFANDO-PROF. FABRICIO COLOMBO. **Globalização**. Disponível em: <http://f1colombo-geografando.blogspot.com.br/2013/08/14globalizacao.html>. Acesso em: 13 de agosto de 2017.

GOOGLE. **O novo decreto antidumping**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI183959,21048-O+Novo+Decreto+Antidumping>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

Pesquisa: **Dano Existencial**. Disponível em: <<http://murilorosario.jusbrasil.com.br/artigos/113028683/do-dano-existencial-no-direito-do-trabalho>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

Pesquisa: **Dano Existencial.** Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI207483,51045-Indenizacao+por+dano+existencial>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

Pesquisa: **O Dano Existencial e o Direito do Trabalho.** Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_24160224_O_DANO_EXISTENCIAL_E_O_DIREITO_D_O_TRABALHO.aspx>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

GUSTIN, M. B. S; DIAS, M. T. F. **(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica.** 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 110 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA-IPEA. **O que é? Dumping.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2090:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 14 de setembro de 2017.

Júnior, J. R. F. L. **Dumping social e dano moral coletivo: caracterização e reparação por meio da ação civil pública ou coletiva.** In Suplemento trabalhista LT. São Paulo: 2010, ano 46, p.494

JURISWAY. **Evolução Histórica do Direito do Trabalho, geral e no Brasil.** Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4553. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

KAWAY; M. VIDAL; P. W. G. T. **Dumping Social: as normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional.** 2010. Disponível em: <http://www.declatra.com.br/MyFiles/Artigos/Artigo%20CI%C3%A1usula%20Social.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

Os Direitos Sociais na Constituição brasileira de 1988. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4039. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

JUS. **Desmistificando o Dumping Social.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20121/desmistificando-o-dumping-social>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

Os efeitos da globalização nas relações trabalhistas - Dumping Social. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24010/os-efeitos-da-globalizacao-nas-relacoes-trabalhistas-dumping-social/3>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

JUSBRASIL. **Dumping Social no judiciário trabalhista brasileiro.** Disponível em: https://klevertonmarkelly.jusbrasil.com.br/artigos/468596401/dumping-social-no-judiciario-trabalhista-brasileiro?ref=topic_feed. Acesso em: 31 de agosto de 2017.

MAIOR, J. L. S; MOREIRA, R. M; SEVERO, V. S. **Dumping Social nas Relações de Trabalho.** 2ª Edição. São Paulo: LTr, 2014, p. 59.

MARXISTS. **O Capitalismo.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

MEDEIROS, B. R; Hazan, E. **Trabalho, castigo e escravidão: passado ou futuro?** São Paulo: LTr, 2017.

MENDES, M. C. M, **Os direitos sociais trabalhistas e o princípio da proibição do retrocesso social.** 2009. 195 p. Dissertação (Pós-Graduação em Direito). Universidade de Fortaleza –UNIFOR, Fortaleza, 2009.

MIGALHAS. "**Dumping Social**" - **Uma prática desconhecida pelas empresas.** Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI217836,21048-Dumping+Social+Uma+pratica+desconhecida+pelas+empresas>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

Farm é condenada em R\$500 mil por Dumping Social. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI262199,71043-Farm+e+condenada+em+R+500+mil+por+dumping+social>. Acesso em: 04 de agosto de 2017.

NUNES, A. F. P. R; Teixeira, J. S. **Por um Direito do Trabalho Global como patamar mínimo em um processo de dignificação do trabalhador,** 2017.

PINTO, J. A. R. **Dumping Social ou Delinquência Patronal na relação de emprego?** In Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, vol.77, nº 3, jul./set 2011, p.145.

PORTAL CAFÉ BRASIL. **Crise econômica e efeitos no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-intelectuais/crise-economica-e-efeitos-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **História do Brasil: Fim da Escravidão.** Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.

PUBLICA DIREITO. **A Importância da coletivização do processo trabalhista.** Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/jose_roberto_freire_pimenta2.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

PUC GOIAS. **QUADRO COMPARATIVO – CPC/1973 > CPC/2015.** Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17502/material/quadro-1973-2015-horizontal11.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

PLANALTO. **Decreto 8058/2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8058.htm. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

PROFESSOR NILSON. **Formação Histórica do Direito.** Disponível em: www.professornilson.com.br/.../FORMAÇÃO%20HISTÓRICA%20DO%20DIREITO. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

REVISTA DIREITO. **Direito Meta-Individual.** Disponível em: <http://revistadireito.com/tag/direito-meta-individual/>. Acesso em: 17 de setembro de 2017.

ROCHA, D. C. **A cláusula social e o Mercosul.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SANTOS, F. C. **Dumping Social e o Direito do Trabalho.** Revista Pensar Direito, Belo Horizonte, v.7, n. 2, p.1 a 15, jan. 2016.

SCHUTZE, A. I. L. **Dumping Social nas relações trabalhistas.** Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/5191/4944>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

SEVERO, V. S. **O dever de motivação da despedida na ordem jurídico-constitucional brasileira.** Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2011.

SILVA, J. A. **Curso de Direito constitucional Positivo.** 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 286

SILVA, M. M. R. da; SILVA, M. M. C. C da. **Dumping Social e o Dano Moral nas Relações Trabalhistas.** Disponível em: <<http://revista.ulbrajp.edu.br/ojs/index.php/jussocietas/article/viewFile/2337/742>>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

SOUTO MAIOR, J. L. **A seita secreta para a efetivação dos direitos sociais.** Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

TEODORO, M. C. M. **“LAS RELACIONES SOCIALES COMO MODIFICADORAS DEL DERECHO LABORAL O EL DERECHO LABORAL COMO MODIFICADOR DE LAS RELACIONES SOCIALES?”** Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Maria_Cecilia_Maximo_Teodoro_Tese.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

TERRA. **Entenda o que são medidas antidumping no Brasil.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/entenda-o-que-sao-as-medidas-antidumping-no-brasil,860b285c79873410VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 de setembro de 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Notícias do TST. **Dumping social - indenização deve ser requerida pelo ofendido.** Disponível em: http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/dumping-social-indenizacao-deve-ser-requerida-pelo-ofendido. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Lume Repositório Digital. **Responsabilidade trabalhista por danos sociais: caracterização e reparação dos danos causados à coletividade provenientes da precarização das relações trabalhistas.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67290>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. **Pesquisas Acadêmicas**. Disponível em: http://www.uscs.edu.br/pesquisasacademicas/images/pesquisas/raquel_rivera.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

VILLATORE, M. A. “**Aspectos sociais e econômicos da livre circulação de trabalhadores e o dumping social**.” Editora Juruá, Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, 2007.

WIKIPEDIA. **Recessão**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Recess%C3%A3o>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.